



Especialistas acreditam que a cura de várias doenças poderá ser obtida com a utilização de células-tronco

Pesquisa com células-tronco tem aval do Congresso

Lei de Biossegurança só depende da sanção do presidente da República para entrar em vigor. Projeto substitutivo do Senado, aprovado na semana passada pela Câmara dos Deputados, permite a pesquisa com células-tronco.

PÁGINA 8

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI — Nº 2.092/21 — Brasília, 7 a 13 de março de 2005

EDIÇÃO SEMANAL

Senadores esperam concluir em dois meses proposta de novo modelo de desenvolvimento regional

Comissão elabora plano para desenvolver Norte e Nordeste

PÁGINAS 4 E 5

REDEMOCRATIZAÇÃO

O presidente do Senado, Renan Calheiros, requereu a realização de sessão especial, que ocorrerá no dia 15, para comemorar os 20 anos da redemocratização do país. No dia 20, haverá sessão para celebrar os 45 anos de Brasília.

PÁGINA 2

BANCO CENTRAL

A Comissão de Assuntos Econômicos fará reuniões para discutir a proposta de autonomia do Banco Central. O presidente da CAE, Luiz Otávio, prevê que esse será um dos temas em destaque nos próximos meses.

PÁGINA 2

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 17

FRASES

Página 17

VOZ DO LEITOR

Página 17

CONHEÇA O SENADO

Página 19

mulheres



Maria da Penha, Zilda Arns, Palmerinda Donato, Rozeli da Silva e Clara Charf recebem prêmio

Senado homenageia cidadãs que ajudam a fazer o mundo melhor

PÁGINA 6

Documento contém 38 propostas para o Orçamento

Comissão criada pelos presidentes do Senado e da Câmara tem 30 dias para analisar documento e sugerir mudanças na elaboração do Orçamento.

PÁGINA 3

Renan: aumento a parlamentar é "assunto encerrado"

Proposta de elevar salário de parlamentares foi considerada irreal por Renan, que não vê problema no relacionamento com a Câmara.

PÁGINA 14

cidadania

Saiba como evitar vários tipos de câncer

PÁGINA 20

ORÇAMENTO Entra em atividade esta semana o colegiado que irá propor alterações no processo orçamentário

Comissão tem um mês para sugerir mudanças



Com um prazo exíguo de 30 dias, a comissão mista especial para reformular as regras do

Orçamento, criada na última quarta-feira pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, deve iniciar os seus trabalhos esta semana com uma pauta cheia. Queixas em relação ao bloqueio de verbas orçamentárias, pouca transparência nos cortes decididos sem participação do Congresso, uso político pelo governo na liberação de emendas parlamentares, substituição da Comissão Mista de Orçamento (CMO) por outra que sistematizaria propostas das comissões permanentes, necessidade de apressar projetos em tramitação e mudar leis que envelheceram são alguns dos assuntos que serão debatidos pelos 16 integrantes da comissão.

Para tanto, um documento elaborado pelas consultorias técnicas da CMO e por seu presidente, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), entregue a Renan na semana passada, deve funcionar como base para as discussões, segundo o senador Fernando



FOTOS: JANE ARAÚJO

De acordo com Fernando Bezerra, comissão terá prazo muito curto para propor as alterações nas regras do Orçamento

Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Congresso e um dos dois nomes cotados para presidir a comissão especial (o outro é o senador pernambucano Sérgio Guerra, do PSDB). "Vamos trabalhar com prazo muito apertado", reconheceu Bezerra.

Auditoria independente pode substituir o TCU

São 38 sugestões que pretendem modernizar e apurar a elaboração, execução e controle dos orçamentos públicos. Há medidas que poderão ser aplicadas já para a proposta orçamentária de 2006, como espera Renan.

Outras devem demorar mais e aproveitam, em alguns casos, experiências bem-sucedidas no exterior, mas que prometem gerar muita polêmica (*ver quadro ao lado*).

Exemplo disso é a substituição do Tribunal de Contas da União (TCU) por uma auditoria-geral independente, criada nos moldes de uma agência reguladora, segundo Bernardo. As sanções, hoje decididas pelo colegiado do TCU, seriam examinadas na esfera do Judiciário, pelas explicações do deputado. A proposta foi inspirada nos modelos norteamericano e inglês.

Cortes poupam área social e atingem transportes

Mais uma vez os cortes na programação orçamentária deste ano não pouparam as emendas parlamentares. Análise das consultorias técnicas da Comissão Mista do Orçamento, que deve ser divulgada esta semana, mostra que a área de transportes foi das mais atingidas. Estima-se que pelo menos R\$ 1,4 bilhão das emendas esteja dentro do corte de R\$ 2,7 bilhões do Ministério dos Transportes. No entanto, o decreto de contingenciamento, anunciado em 25 de fevereiro, no total de R\$ 15,9 bilhões, não atingiu a Saúde e bloqueou apenas 16% do Desenvolvimento Social.

O represamento que afetou principalmente os ministérios das Cidades (73%), do Turismo (80%) e do Esporte (86%) arrancou protestos de parlamentares, como os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Fátima Cleide (PT-RO) e Almeida Lima (PSDB-SE), e levou o ministro da Cultura, Gilberto Gil, em visita ao presidente do Senado na última

terça-feira, a pedir uma mobilização nacional para que o país passe a ter um orçamento real e não uma "peça de ficção". Gil disse que o seu ministério sofreu um corte de 53% dos R\$ 480 milhões orçados para este ano.

O ministro Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, foi além e ameaçou, na semana passada, pedir demissão. Em sua

defesa, a senadora Fátima Cleide fez um apelo aos ministros da área econômica para que o corte de praticamente 55% do orçamento daquele ministério seja revisto.

A favor da transparência, Heráclito anunciou que apresentará requerimento para o ministro do Planejamento explicar os cortes e critérios adotados.



Em visita a Renan Calheiros (D), o ministro da Cultura, Gilberto Gil, pediu mobilização nacional a favor de um orçamento real

CCJ também discutirá propostas

A revisão das regras do Orçamento terá dois foros de discussão. Além da comissão mista especial, com oito senadores – Romero Jucá (PMDB-RR), Aloizio Mercadante (PT-SP), Marcelo Crivella (PL-RJ), Osmar Dias (PDT-PR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Heráclito Fortes, Fernando Bezerra e Sérgio Guerra – e oito deputados, a

Comissão de Justiça (CCJ) analisará quatro emendas de Mercadante à proposta de emenda constitucional que torna obrigatório o cumprimento da lei orçamentária. Uma delas propõe o fim da CMO como é hoje. O projeto do Executivo tramitaria pelas comissões permanentes das duas Casas e suas propostas seriam sistematizadas por um

colegiado específico. Romero Jucá, relator do Orçamento de 2005, defende a idéia há quatro anos, quando apresentou projeto de resolução. Os ministros setoriais, segundo ele, viriam às comissões discutir suas propostas antes de enviá-las ao Planejamento, sinalizando as emendas prioritárias às políticas públicas do setor.

Sugestões para mudar regras dos orçamentos

Documento entregue ao presidente do Senado contém 38 propostas. Conheça as principais:

- ▶ Aprovação de lei complementar prevista na Constituição para disciplinar a elaboração, a execução e o controle dos orçamentos da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, substituindo a Lei 4.320 datada de março de 1964; seria elaborado um substitutivo ao projeto em tramitação na Câmara dos Deputados (PLP 135/96)
- ▶ Substituir o Tribunal de Contas da União (TCU) por uma auditoria geral independente e técnica para imprimir maior agilidade no controle dos gastos públicos; o órgão funcionaria nos moldes de uma agência reguladora com dirigentes aprovados pelo Congresso e com mandatos definidos; as sanções seriam decididas na esfera do Judiciário
- ▶ Regulamentação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com a aprovação de projetos que estão em tramitação na Câmara dos Deputados, como o que disciplina o Conselho de Gestão Fiscal e o que trata dos limites para a dívida mobiliária da União; também prevê a aprovação de resolução do Senado para disciplinar os limites de operações de crédito e do endividamento da União
- ▶ As legislações que vinculam receitas e despesas teriam caráter temporário, com prazo de vigência determinado; para ter maior controle sobre leis que criam despesas, nenhum projeto seria votado sem a certeza de que o recurso está orçado
- ▶ O Congresso só poderia entrar em recesso de final de ano depois de aprovada a Lei Orçamentária Anual, como ocorre com a LDO
- ▶ O governo anteciparia para 15 de abril, junto com a LDO, o encaminhamento do Plano Plurianual (PPA) ao Congresso, permitindo discutir com tempo o rol das prioridades oficiais antes do projeto da Lei Orçamentária Anual
- ▶ Definição de critérios na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o bloqueio de verbas, inclusive com autorização de limites para o contingenciamento; no caso de se adotar o orçamento impositivo, essa medida evitaria alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)
- ▶ O Executivo seria obrigado a enviar informações detalhadas sobre como ficou o Orçamento depois dos cortes; atualmente o Congresso só recebe dados agrupados por ministérios; também seria disciplinada a utilização do excesso de arrecadação
- ▶ Algumas medidas poderiam evitar o contingenciamento, como por exemplo adotar na LDO normas que compatibilizem metodologias de previsão de receitas e de gastos obrigatórios, tanto no Executivo quanto no Legislativo; isso poderia resolver queixas habituais dos dois lados: de que o Congresso infla receita e o governo ou deixa de prever determinadas despesas ou faz uma subavaliação, como nos gastos com a Saúde
- ▶ Tornar obrigatória a execução de despesas discricionárias aprovadas pelo Congresso, desde que a meta fiscal nominal prevista na LDO seja atingida
- ▶ Seria criada a categoria das dotações plurianuais de investimento, garantindo assim uma previsão de aplicação de recursos de acordo com o cronograma das obras prioritárias; estabelecer em leis específicas critérios para a regionalização das chamadas transferências voluntárias, que são os recursos repassados para as diversas unidades da Federação por intermédio de convênios; definir em lei os quesitos e as exigências mínimas para esses convênios
- ▶ Fixar percentual mínimo obrigatório da execução de dotações provenientes de emendas parlamentares, com distribuição equânime, observadas as limitações de ordem técnica e legal
- ▶ Acabar com as emendas de bancada, reforçar as de comissão e ampliar as individuais; separar as funções do relator-geral, evitando que ele possa reestimar receita e alocar recursos no seu parecer final
- ▶ Criar comitê de acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e um quadro permanente de obras com indícios de irregularidades graves para facilitar a identificação precisa dos contratos que estão com sua execução suspensa

DESENVOLVIMENTO

A recém-criada Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado Federal poderá propor, ainda neste semestre, uma nova política para o Norte e Nordeste,

com órgãos capazes de promover com eficácia o crescimento das duas regiões. A agenda foi definida pelos senadores do colegiado, durante a sua primeira reunião, realizada na semana passada

Comissão estuda política para o Norte e Nordeste

Dentro de dois meses, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado terá condições de propor um novo modelo de desenvolvimento para as regiões Norte e Nordeste, com a criação de órgãos capazes de executar uma política que observe tanto aspectos econômicos, como industrialização e infra-estrutura, quanto aspectos sociais, como saúde e educação.

A agenda foi definida pelos integrantes do colegiado na primeira reunião, realizada semana

passada. Para isso, haverá uma série de audiências públicas, a primeira, já nesta semana, com o ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**.

Novos órgãos devem pensar as duas regiões de maneira global, diz Jereissati

Segundo o presidente da CDR, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), as agências regionais a serem criadas para suceder as extintas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) deverão recuperar o espírito do que desejava o economista Celso Furtado. Os novos órgãos terão de pensar as duas regiões de maneira global, articulando as diversas políticas governamentais com o objetivo de elevar os padrões de serviço público e os indicadores socioeconômicos do Norte e do Nordeste aos do Centro-Sul do país, observou.

– Temos que definir o porquê dos novos órgãos, os objetivos a alcançar, para que, a partir dessa comissão, saia nova proposta de de-



ORLANDO BRITO

Mulheres buscam água no Ceará: mecanismos devem elevar padrão de vida nas regiões mais pobres

envolvimento regional – disse Jereissati.

Na avaliação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), autor do projeto de resolução que criou a comissão, "trata-se de uma missão difícil, mas não impossível. E sugeriu que os projetos de recriação da Sudene (PLC 59/04) e da Sudam (PLC 91/03) sejam enviados logo à CDR. As propostas, já aprovadas pela Câmara, foram encaminhadas ao Congresso pelo governo federal em 2003.

Vice-presidente do colegiado, a senadora Ana Júlia (PT-PA) concorda com a abordagem de Jereissati, por considerar que a política de desenvolvimento regional precisa estar presente em todos os ministérios.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu que a comissão também destine atenção à recriação da antiga Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e à região do Entorno do Distrito Federal.

Senadores temem aumento da desigualdade em 2004

O senador César Borges (PFL-BA) pediu que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analise mecanismos que possam garantir o financiamento do desenvolvimento regional. O parlamentar informou que em 2004 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) repassou apenas 6,7% do seu orçamento para projetos localizados nos estados nordestinos. Já Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) chamou atenção para o fato de o "fosso" entre o Norte e o Nordeste e o restante do país estar aumentando. Ele acrescentou que, apesar de ainda não ter os dados oficiais, o produto

interno bruto (PIB) das duas regiões teria crescido em patamares inferiores aos 5,2% registrados pelo país em 2004.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que se tratava de um fato desastroso. "Caso esse dado seja confirmado, configuram-se as condições para o agravamento dos conflitos sociais e do clima de insegurança observados hoje no país" – advertiu Jereissati, que, por sugestão de Teotonio Vilela Filho, vai solicitar as informações ao governo federal.

Por sua vez, Sérgio Guerra (PSDB-PE) sustentou que a questão do desenvolvimento regional vem sendo tratada com "displacência".



Segundo Tasso Jereissati, proposta vai incluir tanto os aspectos econômicos como os sociais

Senado exalta a obra de Celso Furtado

O Plenário homenageou na última quarta-feira a memória do professor, escritor e economista Celso Furtado, falecido em novembro passado. A sessão especial, dirigida pelo presidente da Casa, senador Renan Calheiros, foi requerida pelos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, Sérgio Guerra (PSDB-PE), Pedro Simon (PMDB-RS) e Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB.

– Homenageamos o cidadão, professor, político e intelectual que se tornou instituição de nossa pátria – disse Renan.

Mercadante, em discurso lido

por Delcídio Amaral (MS), líder do PT, ressaltou a coerência da obra do economista, que influenciou toda a América Latina. Virgílio lembrou o Plano Trienal elaborado para o governo João Goulart por Furtado, cuja obra "será estudada por gerações".

– Sua história se mistura com a história da Sudene.

Para Pedro Simon, Furtado fez o mundo compreender os problemas brasileiros e latino-americanos. Já Cristovam Buarque (PT-DF) salientou que o economista fez o Brasil descobrir o Nordeste e o próprio Nordeste se descobrir.

– Ele entendia que o compromisso com a economia exigia, do ponto de vista ético, um compromisso com a pobreza.

A grande homenagem a Celso Furtado, defendeu Mão Santa (PMDB-PI), é "ressuscitar" a Sudene. E sugeriu que, para isso, o governo deve atentar para os ensinamentos do idealizador do órgão. Conforme o senador, a Sudene foi a "universidade" de técnicos voltados para o desenvolvimento do Nordeste.

A paixão do professor pelo Brasil foi destacada por Alvaro Dias (PSDB-PR), que registrou sua trajetória na França, onde

lecionou por 20 anos. Efraim Morais (PFL-PB) citou Furtado como "o cientista social brasileiro mais influente do século 20".

– Celso Furtado deixou muitas sementes de cidadania plantadas – observou Ney Suassuna (PMDB-PB).

Segundo Alberto Silva (PMDB-PI), as idéias de Furtado "favorecem a criação de empregos e de oportunidades de trabalho". Já Marcelo Crivella (PL-RJ) ponderou que o Congresso Nacional precisa

retomar a bandeira do economista pelo desenvolvimento, "para superar a crise social".

O ex-ministro defendia acima de tudo a democracia, assinalou Eduardo Suplicy (PT-SP). Como economista, o parlamentar assegurou ter sempre se espelhado no pensamento de Furtado.



ROOSEWELT PINHEIRO

Pedro Simon foi um dos senadores que pediram a homenagem ao criador da Sudene

DESENVOLVIMENTO REGIONAL



MARCELLO CASAL JR./ABR

Entre o presidente Lula e o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, Furtado assistiu em 2003 ao relançamento da Sudene

Recriação das agências regionais tem consenso

Entre os temas de sua competência, a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) decidiu dar prioridade à recriação dos órgãos de desenvolvimento do Norte e do Nordeste, entre outras razões por se tratar de um assunto que une os senadores dos diversos estados, diferentemente de propostas como a transposição do rio São Francisco ou escolha do local que sediará nova refinaria de petróleo no Nordeste.

Assim como a guerra fiscal, promovida para atrair investimentos privados, esses projetos, afirmam Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), levaram a uma perda da identidade regional e, em consequência, à falta de convergência dos estados com relação às políticas mais adequadas para a região.

Nesse sentido, Tourinho su-

geriu que o colegiado retome a discussão sobre a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), aprovado pelo Senado em 2003 como parte da reforma tributária. O senador considera que, associado ao fim da concessão de incentivos tributários pelos estados, o FNDR teria o escopo de acabar com a guerra fiscal, abrindo espaço para uma política regional harmônica.

Com essa perspectiva, a CDR acatou proposta do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) de realização de audiência pública sobre a transposição do rio São Francisco, em conjunto com outras comissões. Porém, como presidente da CDR, Tasso Jereissati (PSDB-CE) deixou claro que a comissão vai centrar esforços em temas que tenham maior consenso nas regiões.

Proposta de transposição do São Francisco também será tema da CDR

Projetos tramitam há mais de um ano no Congresso

Apesar de ter sido anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 28 de julho de 2003, durante ato que contou com a presença de ministros e governadores, a recriação das duas superintendências de desenvolvimento regional até hoje não vingou. Na ocasião, o governo chegou a pedir urgência para a tramitação da proposta no Congresso – retirada logo em seguida –, prevendo que a aprovação aconteceria até o fim daquele ano. Tanto que incluiu a previsão de recursos orçamentários em 2004 para as novas autarquias.

O primeiro superintendente e idealizador da Sudene, o economista Celso Furtado, que morreu em novembro de 2004, esteve presente à solenidade na sede do Banco do Nordeste, em Fortaleza, mas não chegou a ver o órgão recriado no governo Lula.

– Hoje esses projetos tramitam no Senado como se fossem “papel morto” – reclamou o senador

Sérgio Guerra (PSDB-PE).

As propostas recriam a Sudene e a Sudam como autarquias especiais, com autonomia administrativa e financeira, ligadas ao Ministério da Integração Nacional. A sua função é articular as ações de órgãos públicos e estimular a cooperação das forças sociais representativas que atuam nas respectivas regiões.

De acordo com os projetos, entre as finalidades das agências estão o apoio a investimentos públicos e privados não apenas na área de infra-estrutura econômica, mas também na infra-estrutura social, além do fomento a políticas culturais. A promoção do desenvolvimento “includente e sustentável” consta entre as finalidades do novo órgão.

Dessa forma, a proposta tem a intenção de estabelecer a integração entre atores locais (prefeituras, consórcios de cidades, governos estaduais, empresas e sindicatos, por exemplo) e atores nacionais (ministérios).

Jereissati apresentou aos senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) um conjunto de nove temas para debate no colegiado:

Nova política regional: recriação da Sudene e da Sudam

Depois de aprovados pela Câmara, os projetos do Executivo para recriação das superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) estão em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado (PLC 59/04 e PLC 91/03, respectivamente). Porém, ainda não

está claro qual o modelo que os novos órgãos devem seguir para que, então, sejam definidos os instrumentos de desenvolvimento, como fontes de financiamento e mecanismos de incentivo a serem utilizados. A CDR já definiu que esse será seu primeiro ponto de atenção.

Financiamento do desenvolvimento regional

Apesar de serem os principais instrumentos de financiamento do desenvolvimento regional, os recursos dos fundos constitucionais para o Centro-Oeste (FCO), o Norte (FNO) e o Nordeste (FNE) não têm sido suficientes para reduzir as disparidades regionais. Defende-se que a atuação dos

fundos seja debatida visando agilizar a liberação de recursos. Nesse contexto, propõe-se a revisão do papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que o órgão amplie os investimentos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Efeitos regionais da política industrial

A política industrial terá efeitos nas cadeias produtivas das regiões brasileiras. O governo federal adotou em 2003 a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, que define quatro setores estratégicos: semicondutores, *software*, bens de capital, fármacos e medicamentos. O Nordeste não

possui ou tem pouca atividade nesses setores. Já a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia de Informação dificilmente beneficiará empresas de *software* do Nordeste, já que as empresas beneficiadas devem exportar 80% da sua produção.

Transposição do rio São Francisco

O governo federal anunciou que esse é um de seus projetos prioritários, tanto que o Orçamento de 2005 traz recursos para as obras, orçadas em mais de R\$ 4 bilhões. Porém, os estados do Nordeste se dividem quanto aos benefícios do projeto. Os técnicos tampouco são unânimes sobre o tema.

Aponta-se que, antes da transposição, devem ser executadas ações para a revitalização do São Francisco. Agências internacionais de financiamento já declararam que não participarão do projeto por não considerá-lo prioritário.

Política e gastos regionais em educação

Grande parte das desigualdades reside nas diferenças entre o grau de instrução dos habitantes das diferentes regiões. Defende-se que haja maiores investimentos públicos em educação nas regiões que concentram pessoas com menor grau de escolaridade. Em 2000, o percentual de

pessoas com mais de 15 anos consideradas analfabetas era de 23,38% no Nordeste, sendo que no Sul e Sudeste o índice estava em torno de 7%. Questiona-se se há viés regional na divisão dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

Política e gastos regionais em saúde

Da mesma forma como acontece com a educação, o acesso aos serviços de saúde é mais precário na área rural e em cidades pequenas e médias das regiões mais pobres. A falta de tratamento preventivo ou atendimento adequado também tem impacto na qualidade do capital humano e,

conseqüentemente, no desenvolvimento da região. O cálculo da divisão dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) *per capita* indica que os recursos públicos são direcionados para a manutenção dos locais que já possuem redes de atendimento.

Política urbana e saneamento

Diferentemente do que aconteceu nas regiões Sul e Sudeste, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste não houve a desconcentração industrial rumo ao interior. Uma das causas seria a falta de uma rede de cidades de porte médio que ofereçam condições de suporte às atividades industriais. Entre as deficiências

destaca-se a carência de infraestrutura de saneamento, que, por sua vez, tem impacto nas condições locais de saúde. Assim, pode-se discutir meios para que o Legislativo e o Executivo contribuam para o desenvolvimento da rede urbana nas regiões mais pobres.

Turismo e aviação civil

Norte e Nordeste, pelas suas riquezas naturais, têm vocação para o turismo, mas a atividade ainda está muito aquém do potencial. Entre as propostas que podem dinamizar o turismo no Brasil, especialmente nas regiões mais próximas de grandes centros consumidores do hemisfério norte, está a

implementação de uma política de “céu aberto”, ou seja, a permissão para que as companhias estrangeiras possam operar livremente em aeroportos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O tema aborda duas atribuições da comissão: desenvolvimento regional e turismo.

Política de convivência com o semi-árido

O governo criou o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (Conviver), que detectou que a grande maioria das obras para captação de águas está inacabada. Ainda assim, o programa seria insuficiente para estimular o desenvolvimento

de atividades econômicas na região do semi-árido. É necessário pensar políticas alternativas, como a criação de um fundo que garanta as atividades agrícolas, com uma contrapartida, ainda que pequena, dos beneficiários.

MULHERES Congresso faz sessão especial para celebrar Dia Internacional da Mulher e entregar Diploma Bertha Lutz

Prêmio para cinco mulheres admiráveis



Trabalhadoras (como esta cortadora de cana em Alagoas) podem ser beneficiadas com propostas em exame no Senado

Projetos com temática feminina pautam debates

Composta por nove senadoras e 45 deputadas, a bancada feminina do Congresso Nacional pode tomar a frente de algumas importantes discussões relativas às mulheres este ano. A mais polêmica delas deverá ser a discriminação do aborto, que já começa a ser discutida por uma comissão do Executivo.

O grupo encarregado de revisar a legislação punitiva do aborto deverá reunir representantes do Legislativo e da sociedade civil e será liderado pelo Ministério da Saúde e secretarias de Políticas para Mulheres, Direitos Humanos e Promoção da Igualdade Racial.

Em reunião com a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as

Mulheres, a bancada feminina recebeu o pedido de priorizar o debate de matérias que tratem da questão, além de projetos que versem sobre a proteção dos direitos femininos e que combatam a violência contra a mulher.

Proposta que descriminaliza prática do aborto é a mais polêmica

Esta semana, a senadora Serys Slhessarenko deve discutir com outras integrantes da bancada feminina do Senado algumas proposições de interesse das mulheres. A intenção é acelerar a tramitação das matérias na Casa.

Um dos projetos que deve ser alvo do esforço das parlamentares é o PLC 12/00, que institui o Programa Nacional de Habitação para mulheres com responsabilidades de sustento da família.

Mãe adotiva pode ter licença-maternidade

Aguardando inclusão na pauta do Plenário do Senado, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 31/00, da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), beneficia com licença-maternidade as mulheres que adotarem crianças.

Para a senadora, não é justo que a Constituição estabeleça como garantia fundamental a igualdade e interponha, entre os filhos, uma norma discriminatória que impeça àqueles que foram adotados o contato mais próximo com a mãe, nos primeiros meses junto à nova família.

– Se são garantidos aos adotados os mesmos direitos dos filhos biológicos, também deveria estar assegurado o direito à presença da mãe adotiva, como acontece com os recém-nascidos. A discriminação é dupla,

pois atinge a mãe e a criança – critica Maria do Carmo.

Lúcia Vânia propõe Dia da Mamografia

Priorizando os direitos das mulheres, o Projeto de Lei (PLS) 275/04, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), quer instituir o Dia Nacional da Mamografia. Na justificativa de sua proposta, a autora afirma que, “apesar de já existirem ações louváveis na luta contra o câncer de mama, ainda é preciso maior concentração de esforços para a obtenção de melhores resultados”.

Lúcia Vânia acredita que a criação do Dia Nacional da Mamografia contribuiria de forma significativa para a conscientização da mulher brasileira quanto à necessidade da realização sistemática do exame radiológico da mama.



Nesta quinta-feira, o Congresso Nacional realiza sessão especial conjunta para comemoração do Dia Internacional da Mulher e entrega do Diploma Bertha Lutz a cinco mulheres que se destacaram por prestar relevantes serviços na defesa dos direitos femininos.

Receberão o prêmio, instituído há quatro anos pela Mesa do Senado, a integrante do Conselho Nacional dos Diretos da Mulher Clara Charf (Sudeste); a farmacêutica Maria da Penha



Serys Slhessarenko preside o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Maia Fernandes (Nordeste); a jornalista Palmerinda Donato (Centro-Oeste); a gari Rozeli da Silva (Sul); e a pediatra Zilda

Arns (Sul).

Na ocasião, também será aberto oficialmente o Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha, instituído pelo Parlamento Latino-Americano. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, apresentou requerimento pedindo a criação de uma comissão especial temporária, formada por sete senadores e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações durante todo este ano.

Palmerinda Donato

Escritora e jornalista, empenha-se na luta das mulheres por maior espaço no cenário político. Esse esforço foi iniciado em 1955, quando criou e presidiu, no Rio, o 1º Comitê Feminino do Leme. É presidente da Academia Internacional de Cultura e conselheira da Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil e do Memorial JK.



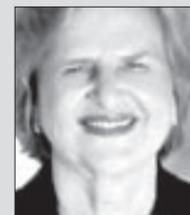
Maria da Penha

A biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes ficou paraplégica depois de ter sido agredida por seu ex-marido. No livro *Sobrevivi e posso contar*, ela relata os 20 anos de sua luta por Justiça. Militante engajada na luta contra a violência e ativa participante de entidades como a Associação dos Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (Apavv) e o Observatório do Judiciário.



Zilda Arns

Fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança, a médica pediatra e sanitarista acompanha crianças e gestantes há 20 anos, ajudando a diminuir a mortalidade infantil no Brasil e em outros 14 países. “Sempre procurei me sentir muito livre, nunca pensando que a questão da diferença de sexo pudesse ser obstáculo para qualquer trabalho”, ensina.



Rozeli da Silva

Aos 41 anos, a gari Rozeli da Silva comanda um sonho que começou em 1996: o Centro Infantil Renascer da Esperança, que atende 220 crianças, de seis a 14 anos, no bairro da Restinga, em Porto Alegre. Contratada com pouco mais do salário mínimo, começou a pensar nos seus iguais: as crianças de rua. Hoje, mãe de cinco filhos, diz que tem “mania” de sonhar.



Clara Charf

Com uma militância que começou no Recife, em 1942, quando, aos 21 anos, atuava em comitês de mulheres que lutavam contra a carestia e pelos direitos democráticos, Clara Charf sempre esteve inserida nos movimentos em defesa dos perseguidos, discriminados e injustiçados. Pagou preço alto: foi presa e exilada.



Bertha Lutz: 50 anos de luta por direitos

Bertha Lutz era filha da enfermeira inglesa Amy Marie Gertrude Fowler e de Adolpho Lutz, conhecido microbiologista suíço radicado no Brasil. À frente da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que dirigiu por mais de 50 anos, ela teve intensa atuação política em favor da emancipação e educação da mulher, por mudanças na legislação trabalhista e pelo voto feminino.

Cientista de campo e laboratório, Bertha Lutz se especializou em organização de museus e ainda formou-se em Direito, publicando mais de 30 artigos em periódicos nacionais e internacionais. Exerceu sua atividade profissional de forma indissociada, em meio a toda sua atuação política, estabelecendo redes de sociabilidade e solidariedade em suas interações com setores que gozavam e disputavam prestígio

e poder nas comunidades científicas e políticas, nacionais e internacionais de então.

Os jornais da época, ao tratarem sua atuação política em prol das causas femininas, mencionam sua condição de naturalista do Museu Nacional, o que, inclusive, lhe atribuía prestígio e reconhecimento social, segundo Maria Margaret Lopes, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu – Unicamp.

Cronologia da participação feminina na política brasileira

1927 - Na cidade de Mossoró (RN), Celina Guimarães torna-se a primeira eleitora brasileira.

1928 - Alzira Soriano é eleita a primeira prefeita do Brasil e da América Latina, no município de Lages (RN).

1932 - As mulheres ganham o direito ao voto em todo o Brasil com a promulgação do novo Código Eleitoral.

1933 - A paulista Carlota Pereira Queirós é eleita a primeira deputada federal.

1979 - Eunice Michilis torna-se a primeira senadora do Brasil, defendendo, sobretudo, a cidadania feminina.

1988 - As mulheres brasileiras obtêm importantes e significativos avanços na Constituição federal, entre eles a ampliação da licença-maternidade de 90 para 120 dias.

1990 - Júnia Marise é a primeira eleita para o cargo de senadora da República.

1994 - O Maranhão torna-se o primeiro estado brasileiro a ser governado por uma mulher: Roseana Sarney.

1994 - Benedita da Silva é eleita a primeira senadora brasileira negra. É também considerada a mulher negra que atingiu os mais altos cargos na história política do país.

2003 - A Secretaria dos Direitos da Mulher é transformada na Secretaria de Políticas para as Mulheres, agora com *status* de ministério.

2004 - Instituído por lei como o Ano Nacional da Mulher.

Fonte: Polyana Resende, coordenadora de comunicação da Agende (Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento).

PREVIDÊNCIA

Depois de um ano, PEC paralela pode ser votada na Câmara



Uma das matérias que podem ser votadas na Câmara esta semana é a Proposta de Emenda à Constituição 227/04, conhecida como PEC paralela da Previdência, que teve sua votação iniciada em primeiro turno ainda no primeiro semestre do ano passado, chegou a ser incluída no esforço concentrado de setembro, mas não andou por falta de acordo entre os líderes partidários. O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, anunciou que a proposta deverá ser incluída na pauta desta semana, atendendo a pedido de líderes partidários, parlamentares e grupos de servidores públicos e aposentados.

Após intensos debates nas duas Casas do Congresso Nacional, que se estenderam durante o segundo semestre de 2003, a aprovação do

projeto de reforma da Previdência Social tornou-se possível graças à criação da PEC paralela, pelo relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), que aproveitou diversas emendas dos senadores para amenizar prejuízos impostos aos servidores e aposentados no texto principal (veja o quadro).

A última vez em que a PEC paralela entrou em pauta na Câmara foi em 15 de dezembro do ano passado, mas não houve acordo para a votação. Aprovada pelo Senado em dezembro de 2003, a proposta tramita naquela Casa há mais de um ano. O texto-base já foi aprovado em primeiro turno pelo Plenário, porém ainda estão pendentes de deliberação alguns destaques que podem alterar partes da proposta. Em seguida, é necessária a votação em segundo turno, antes da promulgação.

Votação em curto prazo já é consenso

Há consenso entre as lideranças partidárias no Senado e na Câmara de que a PEC paralela deve ser aprovada logo. O senador Delcídio Amaral (MS), líder do PT, disse que a proposta é uma das muitas que “precisam ser implementadas para se construir um novo Brasil”.

Líder do PFL, o senador José Agripino (RN) lembrou que a retomada da votação da PEC paralela (e também das reformas política e tributária) foi definida pelos partidos de oposição como condição para a análise de todas as outras matérias de interesse do governo que venham a entrar em pauta. A posição dos partidos, destacou Agripino, é clara.

– Se essas reformas não forem colocadas em votação, nós entraremos em obstrução – afirmou o líder pefelista.

O senador Paulo Paim (PT-RS) defende a formação de uma comissão de senadores para pedir ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, urgência na votação da PEC paralela. Para o senador, “o bom convívio” entre Câmara e Senado passa pela aprovação da proposta



Segundo Agripino, votação da emenda é condição para análise das outras matérias

naquela Casa. “Milhões de trabalhadores estão na expectativa da votação da matéria”, justifica Paulo Paim, que cobra empenho do governo federal para mobilizar sua bancada e honrar o compromisso assumido em dezembro de 2003.

Tebet tem cobrado a aprovação da PEC

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) tem cobrado, sistematicamente, da tribuna, o cumprimento do acordo feito no Senado para a votação da PEC paralela.

– Quantos senadores não



Ramez Tebet lembrou que muitos senadores apoiaram a reforma em função do acordo

votaram no Senado a favor da reforma da Previdência em função do acordo da PEC paralela? – lembrou Tebet.

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) também pediu pressa na votação da PEC paralela.

– Essas mudanças constitucionais são fundamentais, por aperfeiçoarem e corrigirem de forma substancial o texto original da reforma da Previdência, tornando-o mais justo, como também para que se faça cumprir o acordo firmado pela Câmara e pelo Poder Executivo com o Senado – defendeu o senador Paulo Octávio.

As principais mudanças da proposta

Além de ampliar o número de brasileiros alcançados pelo regime previdenciário, a Proposta de Emenda à Constituição 227/04, conhecida como PEC paralela, terá como principal efeito prático atenuar algumas das conseqüências da reforma da Previdência aprovada pelo Congresso Nacional em 2003, sobretudo para os servidores públicos.

1 - Cria regras de transição para o servidor que ingressou no serviço público até 1998, que poderá se aposentar com proventos integrais caso tenha:

- contribuído por 35 anos (homens) ou 30 anos (mulheres);

- trabalhado 25 anos (homens) ou 20 (mulheres) no serviço público e 5 anos no último cargo;

- idade mínima de 60 anos (homens) ou 55 anos (mulheres), com desconto de um ano para cada ano de contribuição que superar o

mínimo exigido. Para professores do ensino básico, o desconto será de cinco anos.

2 - A PEC determina que lei ordinária a ser aprovada pelo Congresso deverá apontar critérios diferenciados para aposentados e pensionistas portadores de deficiência, tanto para os do serviço público quanto para os regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

3 - Donas-de-casa de famílias de baixa renda passam a ter direito a um salário mínimo, a título de aposentadoria.

Comissão externa sobre freira ouve três ministros

A comissão externa do Senado que acompanha a apuração do assassinato da missionária Dorothy Stang ouvirá os ministros Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário), Marina Silva (Meio Ambiente) e Nilmário Miranda (Direitos Humanos) em audiências públicas marcadas para amanhã (8) e quarta-feira (9).

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), presidente do colegiado, fez na semana passada um balanço da viagem feita a Altamira e Anapu, no Pará.

Ela afirmou que o inquérito das polícias Civil e Federal não poderá ser encerrado antes da prisão dos mandantes do crime e alertou para a denúncia de que o prefeito de Anapu, Luis Carvalho, participava da contratação de assassinatos na região.

A comissão aprovou a proposta da senadora para que o inquérito seja remetido à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Terra, bem como os registros dos depoimentos tomados pela



Colegiado aprova sugestão de Ana Júlia para que inquérito seja remetido à CPI da Terra

comissão externa.

O colegiado irá também sugerir à CPI que aprofunde as investigações sobre grilagem de terra, em especial no que se refere à questão cartorial.

Também serão ouvidos os presidentes do Incra, Rolf Hackbart, do Ibama, Marcus Barros, e do Instituto de Terra do Pará, Weiner Pinto, além do secretário-executivo de Meio Ambiente do Pará, Manoel Guerreiro, e do executor do Incra de Altamira, Bruno Kempner.

Ana Júlia quer mandantes presos

Para a senadora Ana Júlia, o assassinato da norte-americana Dorothy Stang somente terá solução quando forem presos aqueles que arquitetaram e mandaram cometer o crime.

A freira foi assassinada a tiros no último dia 12 de fevereiro, na cidade de Anapu, no Pará. Ela trabalhava há 20 anos na região em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e do meio ambiente e já vinha recebendo ameaças de morte pelo trabalho que desenvolvia.

Segundo a presidente da comissão externa, já ficou comprovado que existe um problema de segurança naquela região. Ela insistiu, no entanto, que não é possível generalizar, afirmando, por exemplo, que os culpados são madeireiros ou produtores

rurais.

Segundo a parlamentar, que esteve em Anapu três vezes nos últimos 15 dias, agora se inicia o momento mais difícil das investigações, que vai exigir muita inteligência dos policiais. Apesar de os matadores contratados já terem sido presos, os mandantes ainda estão soltos e, segundo Ana Júlia, há indicações de que sejam vários e sem passagem pela polícia.

A comissão deverá entregar um relatório sobre o crime até 18 de março, quando completa um mês de funcionamento.

O procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, encaminhou ao Superior Tribunal de Justiça o pedido de federalização das investigações e do julgamento do assassinato da freira.

Morte de sem-teto preocupa senadores da CPI da Terra

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, afirmou que a tragédia que resultou na morte de duas pessoas durante desocupação de uma área invadida em Goiânia (GO) deve servir de alerta para o poder público resolver o problema habitacional do país.

Ele fez um relato da visita da CPI à área invadida e observou que, durante nove meses, cerca de 12 mil famílias ocuparam a área e, em cumprimento a uma decisão judicial, o governador Marconi Perillo foi obrigado a autorizar a desocupação do local. “Lamentavelmente, duas mortes ocorreram e sobraram ainda feridos, atingidos pela violência de um lado e outro”, disse.

Já o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) cobrou do Ministério de Minas e Energia maiores esclarecimentos sobre o acidente ocorrido em 16 de dezembro, na

Barragem da Boa Esperança, em Guadalupe (PI), que resultou na morte de dois funcionários. A barragem é administrada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, empresa do governo. Heráclito afirmou ter estranhado o silêncio sobre o caso.

Desapropriação de fazenda em Goiás

A desapropriação da fazenda Nossa Senhora de Guadalupe, no município de Jataí (GO), provocou queixa do senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Segundo ele, a decisão do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, de desapropriar as terras da Diocese local contraria compromisso firmado entre o ministro e o senador. Paulo Paim (PT-RS) defendeu o comparecimento de Rossetto à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para esclarecer a decisão.

LEI DE BIOSSEGURANÇA Apresentado ao Congresso no início do governo Lula, projeto foi aprovado na última semana

Vitória para a pesquisa com células-tronco



A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (2) o substitutivo do Senado ao projeto da Lei de Biossegurança, encerrando a discussão em torno de um assunto polêmico, que envolve as pesquisas com células-tronco – uma esperança para portadores de doenças degenerativas e pessoas que sofreram lesão de medula – e a autonomia da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para aprovar organismos geneticamente modificados (OGMs) no país. O projeto foi encaminhado ao Congresso no início do governo Lula e passou por mudanças durante a tramitação na Câmara e no Senado. Agora, a matéria irá

à sanção presidencial.

Quando a proposta chegou à Câmara, o dispositivo do texto referente à política de biossegurança limitava o poder da CTNBio. O órgão, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, teria autonomia apenas para aprovar pesquisas envolvendo transgênicos. No caso da produção e comercialização de OGMs, a CTNBio ficava obrigada a consultar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para avaliar o impacto ambiental, e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para verificar eventuais riscos à saúde humana. O projeto autorizava, ainda, as pesquisas com células-tronco embrionárias.

Primeiro relator na Câmara, o

deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) alterou a proposta inicial e deu poder à CTNBio para deliberar de forma ampla sobre produtos geneticamente modificados. Diante das pressões contrárias, lideradas pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e da nomeação de Rebelo para ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, o novo relator, Renildo Calheiros (PCdoB-AL), restabeleceu as bases do projeto original e manteve a autorização para as pesquisas com células-tronco. A proposta foi aprovada pelo Plenário, porém com veto aos estudos com células-tronco, por pressão da bancada evangélica e da Igreja Católica, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).



Portadores de deficiência acompanharam de perto a votação na Câmara e comemoraram intensamente o resultado favorável

Discussão polêmica também no Senado

O projeto começou a ser discutido pelos senadores em junho do ano passado, em três comissões (Educação, Assuntos Sociais e Agricultura), em meio à mesma polêmica que despertou na Câmara. Diante das pressões, os senadores decidiram debater o tema em audiências públicas que reuniram cientistas, ambientalistas, representantes de igrejas e do governo. Foram realizadas reuniões separadas para debater a questão do uso de células-tronco e as atribuições da CTNBio. Coube ao senador Ney Suassuna (PMDB-PB) redigir um parecer único das comissões, que restabeleceu as atribuições da CTNBio, de acordo com o parecer de Aldo Rebelo, e reintroduziu a autorização para as pesquisas com células embrionárias.

Alguns senadores, entre eles



Suassuna redigiu parecer das comissões que restabeleceu atribuições da CTNBio

Jonas Pinheiro (PFL-MT), desde o começo das discussões defenderam a necessidade de um substitutivo que incluísse as pesquisas com células-tronco e não limitasse o poder de decisão da CTNBio.

O senador Osmar Dias (PDT-

PR), que durante a discussão do substitutivo do Senado presidia a Comissão de Educação, também foi firme na defesa da utilização de células embrionárias, segundo ele, "a possibilidade de cura de doenças que angustiam milhares de brasileiros". As pesquisas, afirmou Osmar Dias, poderão salvar cerca de 200 mil pacientes cardíacos a cada ano.

– O projeto, agora aprovado na Câmara, prevê a utilização de células embrionárias com menos de cinco dias, quando o embrião é apenas um pequeno grupo de células, e desde que tenha três anos de congelamento, quando não pode mais ser utilizado para procriação – afirmou. Osmar Dias defendeu, ainda, a atribuição de poder à CTNBio para autorizar pesquisas, produção e comercialização de transgênicos.

Audiências públicas enriquecidas com participação de especialistas

Nas audiências públicas realizadas pelo Senado, desempenharam papel importante para que a Lei de Biossegurança fosse aprovada pesquisadores e especialistas destacados, entre os quais o oncologista Dráuzio Varella e a coordenadora do Genoma Humano da USP e presidente da Associação dos Pacientes com Distrofia Muscular, a cientista Mayana Zatz.

Arns afirma que debate chegará à Justiça

O senador Flávio Arns (PT-PR) manifestou-se preocupado com o projeto que irá à sanção presidencial.

– Esse debate vai continuar nas instâncias jurídicas. Esperamos que isso aconteça, em

favor da dignidade do ser humano, que começa na concepção.

O senador aprova a utilização de células-tronco para a pesquisa de novos tratamentos para doenças, como as cardíacas e o diabetes. Ele observou, contudo, que os maiores avanços obtidos pela ciência, até agora, ocorreram por meio do uso de células-tronco adultas – e não embrionárias, como permite o projeto aprovado pela Câmara.

Segundo Arns, as clínicas de especializadas produzem de dez a 20 embriões para cada casal que busca a fertilização, quando o Conselho Federal de Medicina recomenda no máximo quatro. Esses embriões permanecem congelados, mas, a seu ver, são ainda seres vivos.

Lei de Biossegurança

A Lei de Biossegurança que irá à sanção presidencial estabelece uma política para o setor e cria o Conselho Nacional de Biossegurança

CTNBIO - A Câmara aprovou as mudanças feitas pelo Senado, que ampliaram as atribuições da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Caberá à CTNBio não apenas aprovar pesquisas envolvendo organismos geneticamente modificados, mas também a produção e comercialização de transgênicos. No substitutivo da Câmara, a CTNBio precisaria consultar o Ibama e a Anvisa sobre o impacto de OGMs para o meio ambiente e para a saúde humana.

CÉLULAS-TRONCO - A proposta permite o uso de células-tronco embrionárias para pesquisa e terapia, desde que obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro*. Os embriões devem ter até cinco dias e estar congelados há pelo menos três anos. Será necessário o consentimento dos genitores para o uso do material. Os pesquisadores deverão submeter os projetos à aprovação dos respectivos comitês de ética.

A esperança que vem das células embrionárias

O senador Jonas Pinheiro tem uma forte razão para defender as pesquisas com células-tronco embrionárias. Ele perdeu quatro irmãos e um filho por causa de uma doença degenerativa, a dismélia, que ataca o tecido protetor dos filamentos nervosos. Casamentos consanguíneos na família, que chegou há décadas no Pantanal de Mato Grosso, reforçaram o gene responsável pela doença.

– Imagine a angústia que vivemos cada vez que nasce uma criança, até que ela ultrapasse os quatro anos, limite que marcou as mortes que enfrentamos – desabafa o senador, um dos mais ardorosos defensores da aprovação da Lei de Biossegurança.

Na semana passada, grupos decididos a garantir a aprovação de pesquisas com células-t-tronco acompanharam de perto as negociações na Câmara. Eles pressionaram e acabaram convencendo deputados. Nessa luta, contaram com um aliado incansável: o cantor e compositor Herbert Viana, que ficou paraplégico depois de uma queda de ultraleve.

– O Herbert tem pressa e pretende

se candidatar a ser um dos primeiros a receber os benefícios da aplicação das novas técnicas assim que sejam comprovadamente eficazes – afirmou Hermano Viana, pai do artista. "Meu filho diz que as pesquisas com células-tronco abriram uma nova porta e que a esperança agora está mais iluminada", conta Viana.

Otimista com a perspectiva de cura de diversas doenças e de novos tratamentos para acidentados, Viana acentuou que, com o apoio da família, Herbert "busca a manutenção da higidez física dos membros paralisados para que possa ser beneficiado com os avanços da medicina".

A universitária cearense Bárbara Valoes, que ficou paraplégica há 11 meses, depois de sofrer uma queda e ter sido removida de forma inadequada para atendimento médico, faz parte do Movimento em Prol da Vida (Movitae), que na semana passada lotou os corredores da Câmara.

– Perdi não apenas o movimento das pernas, mas o controle da bexiga e do intestino – revela a estudante de Psicologia. Sua esperança nas pesquisas está

voltada, em primeiro lugar, para que ocorram descobertas que possibilitem o controle das funções fisiológicas. "Se a Igreja condena a utilização de células embrionárias, por que não se manifesta com a mesma veemência para impedir que joguem no lixo embriões que foram descartados em procedimentos de fecundação?", questiona Bárbara.

– Sou católica, mas não entendo a posição da Igreja – lamenta.



PLENÁRIO

União perde domínio de ilhas que sediam municípios

O Plenário do Senado aprovou, por unanimidade, proposta de emenda à Constituição (PEC 15/04) que tira da União o domínio sobre as terras das ilhas oceânicas ou costeiras que sejam sedes de municípios, exceto os parques florestais ou congêneres que pertençam ao governo federal.

Com isso, os atuais ocupantes poderão se tornar seus proprietários, deixando de pagar taxas de ocupação à Secretaria do Patrimônio da União. A emenda será promulgada pelas

Mesas do Senado e da Câmara, e entrará em vigor imediatamente.

A mudança constitucional foi aplaudida em vários discursos, especialmente pelos senadores de Santa Catarina, Maranhão e Espírito Santo, cujas capitais (Florianópolis, São Luís e Vitória) se localizam em ilhas marítimas. O relator da matéria, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), sustentou que a propriedade de tais ilhas pela União vinha atrapalhando o desenvolvimento dessas cidades.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) entende que a propriedade das terras passará automaticamente aos atuais ocupantes.

Durante a discussão, senadores citaram várias sedes de municípios de seus estados que serão beneficiadas: no Piauí, o município de Ilha Grande de Santa Isabel; na Bahia, a ilha de Itaparica, que abriga dois municípios; em São Paulo, a sede de São Vicente; e em Santa Catarina, além da capital, a cidade de São Francisco do Sul.



Para Bornhausen, capitais como Florianópolis agora vão se desenvolver melhor

Reduzido tempo de discursos na tribuna do Plenário

Para que mais senadores possam discursar na tribuna da Casa, os líderes dos partidos, reunidos com o presidente Renan Calheiros, decidiram cortar em mais da metade o tempo destinado aos discursos dos parlamentares e das lideranças. Em mecanismo análogo empregado pela Câmara, o som do microfone será cortado um a dois minutos depois do tempo reservado aos senadores.

Agora, cada líder de partido com bancada que tenha mais de nove senadores só poderá usar da palavra por cinco minutos antes das votações ou uma segunda

vez, por até 20 minutos, depois das votações, em contraposição aos 50 minutos estabelecidos anteriormente. Para o presidente do Senado, as alterações tornam mais democrático o uso da palavra.

Os líderes também decidiram mudar o Regimento da Casa para que as sessões comecem meia hora mais cedo – às 14h. No último dia 1º, o Plenário aprovou resolução com a modificação do horário, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), que foi encarregado de coordenar as mudanças. O parlamentar incluirá as alterações em nova resolução, mas, segundo Renan, o tempo para discursos já está em vigor.

Ficou acertado ainda que as votações começarão sempre às 16h. Os debates dos senadores (excetuados os pronunciamentos de líderes) serão de no máximo dez minutos quando antes das votações. Viana afirmou que, na reunião com Renan, marcada para esta terça-feira, levará a sugestão de alteração para 20 minutos no tempo dos discursos das sessões destinadas somente a pronunciamentos.



Aprovada resolução de Tião Viana, com mudanças para democratizar o uso da palavra

Crivella lembra os 440 anos do Rio

Os 440 anos da cidade do Rio de Janeiro foram homenageados no dia 1º pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que recitou versos de sua autoria exaltando as belezas do estado e as qualidades do povo carioca. "Nesse lugar foi que Deus, com certeza, tirou o diploma de mestre em beleza", afirmou.

Ex-governador é homenageado

Os senadores Alberto Silva (PMDB-PI) e Mão Santa (PMDB-PI) homenagearam, no Plenário do Senado, o ex-governador do Piauí José da Rocha Furtado (1947-51), que faleceu no dia 27 na cidade de Fortaleza, aos 96 anos. Ele foi "um dos maiores governadores do Piauí", disse Alberto Silva.

Senado aprova projetos contra exploração sexual

O Senado aprovou na semana passada três projetos que constam no relatório final da CPI Mista da Exploração Sexual. As propostas, que alteram o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ainda precisam ser votadas pelos deputados.

O PLS 253/04 é o mais abrangente deles e efetua diversas mudanças no Código Penal, modificando um de seus títulos de "Crimes contra os costumes", considerado antiquado – o código é de 1940 – para "Crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual". O relator Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que a nova nomenclatura é mais adequada aos novos tempos.

O projeto estabelece a possibilidade de o estupro ser um crime cometido contra pessoas em geral, e não apenas contra mulheres, como especificado no código em vigor.

A comissão observou que as vítimas de violência sexual muitas vezes são meninas – disse a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), que presidiu a CPI.

Outra alteração importante é a instituição da ação penal



Patrícia destacou itens que modernizam o código, como o que institui ação penal pública contra todos os crimes sexuais

pública para todos os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, abrindo espaço para que qualquer cidadão apresente a denúncia e o Ministério Público comece a investigação. Hoje, isso só ocorre se houver reclamação pela vítima, o que estimula a impunidade, já que, muitas vezes, o crime é cometido por familiares, com poderes sobre a vítima.

Os outros dois projetos de lei aprovados pelo Plenário (PLS 254/04 e PLS 255/04) alteram o Estatuto da Criança e do Adolescente, punindo os atos de fotografar e filmar crianças e adolescentes em

cenas de sexo explícito ou pornográficas. O texto atual pune somente a divulgação das imagens, o que permite a absolvição de quem "apenas" fotografa a vítima, o que já se verificou em julgamento realizado na Paraíba.

O PLS 255, finalmente, apresenta a possibilidade de fechamento definitivo de hotéis ou pensões que hospedarem criança ou adolescente desacompanhado dos pais, ou dos responsáveis, sem a prévia autorização desses. A intenção é dificultar a sobrevivência de estabelecimentos que se tornam pontos de prostituição de menores.

Trabalho da CPI é elogiado por todos

A votação dos projetos que alteram o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente para coibir a exploração sexual infantil foi marcada pela homenagem de 29 senadores à senadora Patrícia Saboya. Ela presidiu, em 2003 e 2004, a CPI Mista que investigou o assunto e apresentou propostas de mudanças legislativas.

Os senadores foram unânimes em assinalar a coragem da senadora à frente da comissão. Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também elogiaram a atuação da relatora, a deputada Maria do Rosário (PT-RS).

Um dos principais pontos no trabalho da CPI, ressaltado em Plenário, foi a necessidade de combater o chamado turismo sexual. Os integrantes da comissão descobriram esquemas de prostituição de crianças e adolescentes envolvendo pessoas e empresas do setor turístico.

As conclusões da CPI são recado direto àqueles que vêm

ao Brasil interessados no turismo sexual e que serão enquadrados nos rigores da lei – salientou o senador Hélio Costa (PMDB-MG).

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou que a aprovação dos projetos não deve ser encarada como o final da luta contra a exploração sexual infantil. O próximo passo, disse, é combater os esquemas que relacionam prostituição e turismo.

CPI renderá muitos frutos, diz Virgílio

Outro aspecto importante foi a capacidade que teve a comissão de conscientizar a sociedade, chamando a atenção para a gravidade do problema.

A CPI renderá muitos frutos a favor da cidadania – afirmou o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Cristovam Buarque (PT-DF), César Borges (PFL-BA) e Garibaldi Alves (PMDB-RN) defenderam investimentos em

educação para que não mais exista ambiente social propício à exploração sexual.

A resposta mais duradoura será um trabalho permanente de educação. O emergencial foi feito de forma consistente por essa CPI – observou Garibaldi.

Também ocuparam a tribuna, elogiando as propostas da CPI e o trabalho de Patrícia, os senadores Tião Viana (PT-AC), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Demostenes Torres (PFL-GO), Marcelo Crivella (PL-RJ), Delcídio Amaral (PT-MS), Edison Lobão (PFL-MA), Ney Suassuna (PFL-PB), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Fernando Bezerra (PTB-RN), Augusto Botelho (PDT-RR), José Agripino (PFL-RN), Marco Maciel (PFL-PE), José Sarney (PMDB-AP), Heráclito Fortes (PFL-PI), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Mudanças no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente

PLS 253/04

- Torna imprescritível o estupro, o tráfico para fins de exploração sexual e o favorecimento da prostituição

- Torna a pena de crimes sexuais igual para todos os criminosos, independentemente da condição sexual ou moral da vítima

- Agrava a pena de reclusão para o estupro se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é maior de 14 ou menor de 18 anos

- Institui a ação penal pública para crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes

- Estabelece que o estupro é crime cometido contra as pessoas e não somente contra as mulheres

PLS 254/04

- Acrescenta à legislação punição pelas práticas de fotografar e/ou filmar crianças e adolescentes em cenas de sexo explícito ou pornográfica

PLS 255/04

- Determina o fechamento definitivo de hotel, pensão ou motel que insistir em hospedar criança ou adolescente desacompanhada dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita deles ou do juiz

COMISSÕES

Jucá quer mudança na MP dos impostos

O relator da Medida Provisória (MP) 232/04, que aumenta impostos para empresas prestadoras de serviços e reajusta a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física em 10%, senador Romero Jucá (PMDB-RR), informou que vai modificar a proposta, “para diminuir o seu impacto para pequenos agricultores e prestadores de serviços”. Ele fez a afirmação depois de audiência pública na comissão mista encarregada de examinar a MP, na qual o presidente da Associação Comercial de São Paulo,

Guilherme Afif Domingos, fez pesadas críticas à medida.

– Os empresários estão no seu direito de reclamar. Mas vou atuar como cirurgião plástico, e não como seu covão – sustentou Jucá.

No caso dos agricultores, ele pretende elevar de R\$ 1.164 para mais de R\$ 11 mil o valor mínimo para recolher 1,5% por antecipação de Imposto de Renda.

O relator deverá propor ainda a exclusão das prestadoras de serviços com empregados do aumento da base de cálculo do

Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), como prevê a MP 232. Assim, a base de cálculo subiria de 32% para 40% só para pessoas jurídicas sem empregados que optem pela declaração com base em lucro presumido.

Uma terceira mudança busca diminuir o impacto do artigo que impede autores de recursos contra multas de até R\$ 50 mil de recorrerem à Câmara de Contribuintes da Receita Federal.

Em Plenário, o senador Efraim Morais (PFL-PB), 1º secretário da Mesa, alertou para os efeitos da MP sobre a população em geral. Segundo ele, os supermercados, por exemplo, estimam um aumento de preços da ordem de 1,5% para o consumidor final.

– E isso é só a ponta de um novelo que representará um aumento de custos generalizados na economia – especulou.



Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Renan Calheiros e Teotônio Vilela Filho, na instalação da nova comissão do Senado

Seca gaúcha domina sessão da Comissão de Agricultura

A nova Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) foi instalada na terça-feira, com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros. O senador pernambucano Sérgio Guerra (PSDB) foi eleito presidente da comissão numa reunião iniciada e encerrada por senadores gaúchos, cuja principal preocupação foi a seca que atinge a região central do Rio Grande do Sul há 110 dias.

Pedro Simon (PMDB-RS) abriu a reunião por ser autor do projeto que criou a comissão (PRS 26/89). E o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o último orador, chamou a atenção para problemas econômicos e sociais, como o desemprego e o êxodo rural provocados pela estiagem. Para ele, o seguro

agrícola será a solução para os pequenos agricultores gaúchos afetados pela estiagem.

Sérgio Guerra registrou a coincidência de a seca ser um problema tradicional no seu estado (Pernambuco) e tornar-se prioridade na primeira reunião da comissão que passa a presidir.

Os juros altos e os problemas de infra-estrutura são as dificuldades imediatas da agricultura brasileira, segundo Sérgio Guerra. Ele disse que não vai transformar a comissão num instrumento de oposição ao governo, apesar de ter sido indicado para a função pela liderança do PSDB. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), ressaltou a capacidade do senador Sérgio Guerra.

Acordo definirá saída para dívida dos produtores do NE

Governo e oposição vão negociar e, dentro de 15 dias, apresentar uma fórmula para o alongamento de dívidas contraídas pelos agricultores do semi-árido nordestino. A decisão foi tomada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ao acolher sugestão do líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS).

O acordo foi firmado depois de longa discussão em torno do projeto de autoria do senador César Borges (PFL-BA), que aumenta o limite da dívida passível de renegociação de R\$ 35 mil para R\$ 100 mil dos

agricultores familiares, mini e pequenos produtores, bem como de suas respectivas cooperativas e associações. A proposta (PLS 517/03) também eleva o limite autorizável para renegociação na modalidade de custeio agropecuário de R\$ 5 mil para R\$ 30 mil.

Ao defender o projeto, César Borges foi claro: a aprovação da proposta está

sendo esperada com ansiedade pelos agricultores. Motivo: a Lei 10.696/03, que trata da repactuação e do alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, segundo ele, atende a poucos produtores.



Delcídio Amaral

CAE vai ouvir Palocci e presidente da Petrobras

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também aprovou requerimento do senador César Borges (PFL-BA) pedindo a realização de audiência pública com o ministro Antonio Palocci, para debater o recente aumento da carga tributária.

César Borges justificou a convocação devido à importância do tema para a economia do país. Segundo ele, tanto a competitividade das empresas quanto o crescimento da economia são prejudicados pelo excesso de tributos.

O senador citou estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT),

indicando que a carga tributária cresceu 1,02% no último ano, o que contraria declarações feitas pelo próprio ministro em audiência pública no Senado.

Outro requerimento aprovado pela CAE foi apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) para convocar o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, a prestar esclarecimentos sobre a situação econômico-financeira da empresa.

Valadares quer explicações sobre o fato de a Petrobras ter feito apenas três reajustes de preços da gasolina em 2004, quando o preço do barril de petróleo chegou a bater US\$ 50.



Afif Domingos, o deputado Francisco Dornelles e o senador Jucá: relator anuncia que vai propor mudanças na polêmica medida provisória

Afif pede que Congresso “jogue MP no lixo”

Na audiência pública da comissão mista que examina a MP 232/04, o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, pediu ao Congresso que “jogue no lixo” a parte da MP que aumenta impostos e só aprove os artigos que reajustam em 10% a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Ele é um dos líderes da Frente Brasileira Contra a MP 232.

– A sociedade brasileira não suporta mais a carga tributária, e a MP 232 é a gota d’água. A MP foi um bote na sociedade. O Congresso tem que reagir e mudar a Constituição para que

o governo não possa aumentar impostos por MPs – afirmou.

A MP foi criticada também em Plenário. Para o senador Mão Santa (PMDB-PI), o aumento deveria, no mínimo, ser revertido em serviços.

– O povo quer segurança, educação, saúde. Falta o governo se convencer de que precisa retribuir ao contribuinte com mais e melhores serviços.

Segundo Mão Santa, até agora são 16 impostos criados no governo Lula, além das MPs 232 e 233 (que cria taxa de fiscalização da previdência complementar).

A unanimidade da sociedade

contra a proposta foi ressaltada por Hélio Costa (PMDB-MG).

– A MP 232 constitui um daqueles raros episódios em que ocorre total convergência de sentimentos. Em uníssono, as categorias afetadas manifestaram seu veemente repúdio – disse o senador, referindo-se ao protesto realizado dia 15 de fevereiro em São Paulo.

Por sua vez, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) conclamou seu partido a votar contra a medida. Para ele, muitos dos temas tratados na MP não são urgentes e deveriam ser debatidos no Congresso por meio de projeto de lei ordinária.

Venda de vaga na garagem só com aprovação em assembléia

A alienação e o aluguel de vagas de garagem a não-moradores do prédio de apartamentos só poderão ocorrer com autorização expressa na convenção do condomínio. A condição está prevista no Projeto de Lei 421/03, de autoria do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta foi acolhida por 12 votos, com duas emendas do relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO).

A comissão aprovou também parecer favorável ao Projeto de Lei 26/03, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), que proíbe a atribuição de destaque às declarações de qualidades nutritivas dos alimentos, artifício usado por alguns fabricantes para vender produtos de baixa qualidade nutricional, induzindo assim o consumidor ao erro.

Outro projeto acolhido pela CCJ combate fraudes na venda de alimentos

Almirante Rayder tem nome aprovado para o STM

O almirante-de-esquadra Rayder Alencar da Silveira teve seu nome aprovado por unanimidade pela CCJ, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), em decorrência de vaga aberta pela aposentadoria do ministro José Júlio Pedrosa. A indicação, que recebeu parecer favorável do relator, senador César Borges (PFL-BA), ainda depende de exame em Plenário.

O currículo do candidato impressionou o relator César Borges, que ressaltou os 47 anos de serviços prestados à Marinha. Rayder Alencar tem mestrado e doutorado em Ciências Navais pela Escola de Guerra e ocupou cargos como o de comandante do 2º Distrito Naval, em Salvador, comandante de operações navais e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP), Marcelo Crivella (PL-RJ), Ney Suassuna (PMDB-PB), Hélio Costa (PMDB-MG) e Almeida Lima (PSDB-SE) elogiaram a indicação.

COMISSÕES

Ideli recorrerá
contra decisão
da CCJ sobre
terminativos

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentará questão de ordem, no Plenário, contra decisão do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de colocar em votação projetos de caráter terminativo mesmo com a obstrução da pauta por medidas provisórias.

Em reunião na CCJ, o presidente do colegiado resolveu levar adiante a análise dos itens de caráter terminativo, baseado em nota técnica da Consultoria do Senado. Os projetos poderiam ser votados, esclareceu, mas só seriam encaminhados à Mesa, para abertura de prazo de recursos ao Plenário, depois da desobstrução da pauta. Ele observou ainda que o procedimento está previsto em projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), aprovado pela comissão.

Para Ideli, medida
fere a Constituição

Ideli disse que a Constituição seria "afrentada" pela votação de projetos de caráter terminativo durante o período em que a pauta do Plenário estivesse obstruída. A decisão na comissão, observou, representaria um "ponto final" para o projeto, uma vez que ele só iria ao Plenário com a apresentação de requerimento.

Ideli recebeu o apoio do senador Tião Viana (PT-AC), que solicitou a Antonio Carlos que reconsiderasse sua decisão. Em seguida, porém, o presidente da CCJ recebeu a solidariedade de Jefferson Péres (PDT-AM), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Alvaro Dias (PSDB-PR), Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), Fernando Bezerra (PTB-RN), Romeu Tuma (PFL-SP), Luiz Otávio (PMDB-PA), Marcelo Crivella (PL-RJ) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Ao final, Antonio Carlos pediu aos senadores do PT que cheguem a um entendimento "que não atrapalhe o andamento de quem quer servir ao país".



Ideli: votar projeto terminativo com pauta trancada fere Constituição

Audiências públicas para
discutir a reforma universitária

A Comissão de Educação (CE) promoverá um ciclo de audiências públicas sobre a proposta de reforma do ensino superior elaborada pelo governo. Além do secretário-executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad, serão ouvidos representantes de universidades públicas e privadas, estudantes, cientistas, professores e especialistas em educação.

O requerimento para realização das audiências foi apresentado pelo presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG). A pedido do senador Cristovam Buarque (PT-DF), poderá ser convidado para a primeira audiência um represen-

te da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Ele exporia seu ponto de vista a respeito da reforma, ao lado de Fernando Haddad e representantes das universidades.

Hélio Costa elogiou a realização de debate em São Paulo, com a participação do ministro da Educação, Tarso Genro, e dos ex-ministros Cristovam Buarque e Paulo Renato Souza. O senador anunciou que pretende reeditar a discussão na CE, com os mesmos protagonistas, mas precedida de debates com representantes do setor.

Cristovam saudou a iniciativa, mas apontou para a necessidade de articular o debate da reforma

Debates reunirão
autoridades,
representantes
das entidades e
especialistas

Proposto por Hélio Costa, presidente da Comissão de Educação, ciclo de audiências será realizado no colegiado

universitária com discussão sobre o ensino básico. A opinião foi compartilhada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

A CE aprovou ainda pedido de José Agripino (PFL-RN) de audiência com Tarso Genro sobre revalidação de diplomas de médicos

brasileiros formados em Cuba.

Também foram acolhidos requerimentos de Roberto Saturnino (PT-RJ) e Alvaro Dias (PSDB-PR), para audiências sobre o tema com presidentes dos conselhos Federal de Medicina e Regional de Medicina de São Paulo.

Marina falará à Comissão
de Meio Ambiente

Em reunião que contou com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, na semana passada, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou requerimento do presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), convidando a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para debater propostas para o setor.

Da mesma audiência participarão, para discutir outros temas de competência da CMA, dirigentes do Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; do Procon de Brasília; e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

A comissão acolheu também requerimento de Ney Suassuna (PMDB-PB) e João Alberto Souza (PMDB-MA) pedindo ao Tribunal de Contas da União (TCU) informações sobre tomadas de contas realizadas na cidade de Bacabal, no Maranhão.

Na reunião, foi decidida a extinção da subcomissão permanente de obras inacabadas, que funcionava vinculada à CMA.



Presidente da CMA, Leomar Quintanilha é autor do requerimento para a audiência



César Borges apresentou requerimento para realização de audiência pública

Transposição de águas do
São Francisco em debate

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) poderão, em conjunto, promover amplo debate sobre o projeto do governo de transposição de águas do rio São Francisco. O evento contaria com a presença do ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, e de técnicos do setor.

A realização da audiência pública está condicionada à aprovação de requerimentos, nesse sentido, apresentados pelos senadores Fernando Bezerra (PTB-RN) e César Borges (PFL-BA), que deverão ser colocados em votação na CAE, nesta semana.

Para Fernando Bezerra, é importante que o Senado conheça em profundidade o projeto do governo federal de transposição de águas do São Francisco. A reunião, observou, também servirá para que os parlamentares possam tirar todas as dúvidas sobre a obra que, lembrou, já está em discussão há 150 anos.

Mantido substitutivo sobre
direitos autorais

A Comissão de Educação (CE) aprovou substitutivo do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) ao Projeto de Lei 532/03, de autoria de João Capiberibe (PSB-AP), que disciplina os direitos autorais. Foram rejeitadas as emendas apresentadas ao texto pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Na reunião, que contou com a visita do ministro da Cultura, Gilberto Gil, a CE acolheu projeto que dá o nome de "Comandante João Ribeiro de Barros" ao aeroporto de Bauru, em São Paulo. Autor da proposta, Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou a coragem do aviador ao fazer uma viagem de Gênova, na Itália, a Santo Amaro (SP), em 1926.

A partir de parecer do senador Aelton Freitas (PL-MG), a comissão decidiu enviar ao arquivo petição contra a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), visando decretar a nulidade de atos de transferência de serviço móvel do grupo Mcomcast S. A. para a Nextel Telecomunicações S. A.

A CE resolveu ainda debater o projeto que institui o dia de combate à psoríase.



Projeto de autoria de João Capiberibe disciplina os direitos autorais

Conselho de Comunicação Social elege presidente

O Conselho de Comunicação Social elegeu, para o biênio 2005/2006, o secretário de Cultura do estado do Rio de Janeiro e membro da Academia Brasileira de Letras Arnaldo Niskier e o advogado Luiz Flávio Borges d'Urso, da Ordem dos Advogados do Brasil (SP), presidente e vice, respectivamente.

Estiveram presentes à sessão os senadores Tião Viana (PT-AC), José Sarney (PMDB-AP), Marco Maciel (PFL-PE), Augusto Botelho (PDT-RR)

e Paulo Octávio (PFL-DF). O presidente que teve o mandato encerrado, o advogado José Paulo Cavalcanti, lembrou que o colegiado recém-eleito terá que se ocupar com a implantação da TV digital no país e a mudança da Lei de Imprensa ("a mais deletéria do planeta", definiu).

O novo presidente se com-

prometeu a lutar pela inclusão de representantes do colegiado no conselho consultivo do Ministério das Comunicações que trata da TV digital e vai pedir uma audiência ao ministro Eunício de Oliveira para tratar do assunto. O Conselho de Comunicação Social deverá

também analisar o processo de fusão, já na Agência Nacional

de telecomunicações (Anatel), da Sky com a DirecTV; o projeto de Ney Suassuna (PMDB-PB) que acaba com o limite de 49% do capital estrangeiro nas TVs a cabo; e o projeto da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) que regionaliza a programação de televisão no Brasil.

Os representantes dos sindicatos de trabalhadores em comunicação denunciaram que a sociedade civil está sub-representada no Conselho de Comunicação Social.

Órgão também
deu posse aos
novos membros,
para o biênio
2005/2006

COMISSÕES

Socorro a crianças indígenas reúne autoridades

A mortalidade infantil nas aldeias indígenas em Dourados, Mato Grosso do Sul, foi o assunto debatido na quinta-feira (3) pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado.

O secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, José Giacomo Baccarin, afirmou, no encontro, que a mortalidade na região é mais grave que a registrada na população em geral e pior que em outras etnias. Ele lembrou, no entanto, que “a situação já foi mais grave”. Nos dois primeiros meses deste ano, morreram por desnutrição cinco índios com menos de cinco anos. No mesmo período de 2001 morreram 11; em 2002, oito; em 2003, oito; e em 2004, 11.

– O índice ainda é alto, mas há uma redução – disse, lembrando que os índios contam com o auxílio da sociedade civil, que “tem que resgatar seus direitos e os dos quilombolas”.

O prefeito de Dourados, Laerte Tetila, afirmou que os índios têm problemas históricos com alcoolismo, drogas, prostituição

e suicídios. Também participou do debate Gaspar Francisco Hickmann, coordenador da Fundação Nacional de Saúde no estado.

O caso também repercutiu em Plenário, onde o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), presidente da CDH, denunciou “o abandono” da população indígena.

– Essas mortes resultam da negligência à qual os índios estão submetidos – afirmou.

Para o senador, os problemas são permanentes em razão da ação deficiente da Fundação Nacional do Índio (Funai) e de programas como o Fome Zero.

– Cadê os programas do governo? Eles só atendem clientelas eleitorais? É importante que se voltem para a clientela indígena – defendeu o parlamentar, que foi apertado por Marcelo Crivella (PL-RJ), Papaléo Paes (PMDB-AP) e Mão Santa (PMDB-PI).

Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) manifestou esperança de que o presidente Lula intervenha na situação.

– Quando o governo criou o Fome Zero,



VALMIR LEITE/AGCOM P.M. DOURADOS

Em Dourados, cinco crianças guaranis kaiowás morreram de desnutrição este ano

será que excluiu as comunidades indígenas? O Estado deve possibilitar alimentação e tratamento médico para os índios – afirmou Tuma.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) também alertou para a morte de seis crianças xavantes em Campinápolis, no seu estado. “Não é possível que o lucro seja maior que a vida. Ao comemorar o produto interno bruto (PIB), o governo não pode deixar de olhar os índios que estão morrendo”.

Tião Viana apresenta ações do governo

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou as ações do governo Luiz Inácio Lula da Silva para combater a mortalidade indígena em Mato Grosso do Sul.

No mês passado, informou, os programas Bolsa Família e Fome Zero passaram a atender famílias indígenas em Dourados. Tião Viana citou ainda a demarcação das terras e a criação do Centro de Reabilitação Nutricional Missão Kaiwá.

– Em 2003, o governo investiu R\$ 4 milhões na região, onde vivem 11 mil pessoas e caberiam 200 famílias – afirmou.

O líder do PT, Delcídio Amaral, propôs mais recursos para a Fundação Nacional do Índio para “garantir atendimento adequado”.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu o Programa Anti-pobreza do Piauí para servir de modelo.

Cristovam Buarque (PT-DF) e Augusto Botelho (PDT-RR) também se manifestaram.

Flávio Arns quer aprovação de projeto que facilita doações

O senador Flávio Arns (PT-PR) anunciou, em reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que irá alertar a liderança do governo no Senado e, se necessário, a equipe econômica, sobre a importância da aprovação do projeto da deputada Ângela Guadagnin (PT-SP), que desburocratiza as doações feitas aos fundos nacional, estaduais ou municipais em favor da criança e do adolescente.

Pelo projeto, pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir, na declaração anual do Imposto de Renda, as doações a esses fundos. Hoje, os contribuintes



ROOSEVELT PINHEIRO

Flávio Arns

só podem deduzir as doações na declaração do imposto do exercício anterior.

– O projeto moderniza e simplifica o processo de doação aos fundos reconhecidos por lei e que atendem a crianças e adolescentes – salientou Flávio Arns.

O projeto (PLC 51/04) deverá ser votado pela CAS nesta semana.

Risco à soberania da Amazônia em debate

Requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) para a realização de um debate sobre a internacionalização da Amazônia foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O tema proposto pelo senador é “risco real ou temor infundado?”.

– Acho que a ameaça não existe, mas milhões de pessoas acreditam; então vamos discutir – disse, sugerindo a presença de representantes do Itamaraty e do Ministério da Defesa, além do professor Armando Mendes, especialista em Amazônia.

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) alertou os colegas para a gravidade de um *site*, por meio do qual um veterano da

guerra do Vietnã propõe uma milícia civil, entre 1º e 30 de abril, no Arizona, para caçar imigrantes ilegais. Segundo ele, o *site* já conseguiu 596 voluntários e 16 aviões com pilotos. O senador lembrou que milhares de brasileiros passam todas as semanas por aquela região.

Aprovados três novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores aprovou também a indicação de três diplomatas para exercer funções no exterior.

Para representar o Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), foi aprovado o nome de Osmar Vladimir Chohfi. O embaixador brasileiro na



CÉLIO AZEVEDO

Jefferson Péres

Suécia, Oto Agripino Maia, teve o nome aceito para acumular o cargo de embaixador na República da Letônia. Já o nome de Renato Xavier foi acolhido como embaixador na República da Etiópia.

Os pareceres ainda precisam ser submetidos ao Plenário.

Projetos

Restrição à publicidade por telefone

As empresas ficam proibidas de veicular publicidade pelo telefone, sempre que a chamada tenha sido originada por consumidor que esteja aguardando na linha para obter esclarecimentos ou fazer reclamações. É o que determina o projeto (PLS 31/05) apresentado pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA). A prática, comum atualmente, é considerada “abusiva” pelo parlamentar.

Pena maior para crime de agente político

Projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) aumenta a pena aplicável em razão de crimes contra a administração pública praticados por agentes políticos – chefes do Executivo e seus auxiliares diretos e membros dos poderes Judiciário e Legislativo (PLS 28/05). A lei atual prevê o aumento da pena somente para os cargos em comissão ou funções de assessoramento. “Chega mesmo a ser odioso que o prefeito, autor do crime de peculato, sujeite-se a pena mais branda que o servidor que cometa o mesmo delito”, justificou.

Combate ao câncer de próstata

A fim de tornar mais efetivos os programas de prevenção do câncer de próstata, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou proposta que prevê parcerias entre secretarias estaduais e municipais de saúde para a realização de exames preventivos em homens com idade superior a 50 anos.

Abstenção de voto sem punição

O senador Marco Maciel (PFL-PE) apresentou proposta (PLS 30/05) que modifica a Lei dos Partidos Políticos para permitir que o parlamentar deixe de votar proposição sob o fundamento de objeção de consciência. Nesses casos, a proposição proíbe a adoção de medida disciplinar ou qualquer outra punição.

Mudança no Código Tributário

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) apresentou dois projetos. O primeiro (PLS 33/05) altera o Código Tributário Nacional para estabelecer que atos e omissões sejam reconhecidos por prévio pronunciamento judicial. O segundo (PLS 33/05) proíbe a penhora ou indisponibilidade dos bens, antes que o devedor possa apresentar sua defesa.

Serys propõe correção do FPE

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) propôs a atualização dos coeficientes individuais dos estados nos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal (PLS 29/05). A parlamentar argumenta que a tabela não é corrigida há 15 anos e, portanto, não reflete as mudanças ocorridas durante o período na renda e na população de cada unidade federativa.

PLENÁRIO

ACM condena declarações de ministro do STJ

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) condenou as declarações do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, que disse não identificar crime nas declarações feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Vitória. Para Antonio Carlos, o presidente do STJ estaria se intrometendo em assunto do Congresso Nacional, ao dizer que não cabe voto de censura pelas afirmações.

Almeida Lima: houve mentira ou prevaricação

"Ou o presidente mentiu, e assim fazendo o fez para agredir um adversário, ou ele prevaricou." A opinião é do senador Almeida Lima (PSDB-SE), ao comentar as mesmas declarações do presidente Lula (veja a manchete da página). Para o senador, se o presidente disse a verdade, cometeu crime contra a administração pública previsto no Código Penal, pois pela função que exerce teria a obrigação legal e moral de determinar a investigação da denúncia.

Crivella sugere investigar as privatizações

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) defendeu a criação de comissão para avaliar as privatizações feitas pelo governo brasileiro desde 1991, com prazo de seis meses para fazer uma "avaliação abrangente" de todos os aspectos do processo. Crivella informou que aproximadamente US\$ 90 bilhões, ou R\$ 270 bilhões, foram arrecadados com as privatizações desde 1991, enquanto a dívida interna passou de R\$ 300 bilhões para cerca de R\$ 1 trilhão.

Paim defende forma direta de Lula discursar

Ao considerar exagerada a repercussão em torno das declarações do presidente, o senador Paulo Paim (PT-RS) criticou o que, a seu ver, seria uma campanha para que o presidente deixe de falar de improviso. "Sinto que há uma certa orquestração para que o presidente Lula diminua a forma fácil como se comunica com a população. Eu diria a ele que nunca deixe de se comunicar com a população da forma direta, como ele sabe fazer", afirmou Paim.

Partidos de oposição denunciam presidente

PSDB, PFL e PDT anunciaram na semana passada ações judiciais e políticas em reação às declarações do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a suposta existência de corrupção nas privatizações realizadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o líder do PFL, senador José Agripino (RN), os três partidos vão denunciar o presidente por crime de prevaricação junto ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles. Informou que também coletarão assinaturas para a instalação de duas CPIs, uma sobre as privatizações e outra sobre o escândalo protagonizado pelo ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz.

Já o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou que seu partido acionou o Supremo Tribunal Federal para exigir que Lula se retrate. Ele disse ainda que o PSDB irá pedir ao Ministério Público uma ampla investigação. "Isso tudo para

que não se consiga abafar as manifestações feitas em nome de uma nação perplexa e indignada."

— É preciso que se apure se houve dolo, se houve prejuízo ao interesse público — afirmou Agripino.

Alvaro Dias (PSDB-PR) ironizou as palavras "sem sentido" de Lula, e citou suas promessas para a reforma agrária como exemplo, pois foram acompanhadas de cortes de recursos para o setor. Tasso Jereissati (PSDB-CE) admitiu que, se deslizos verbais são comuns ao exercício da vida pública, a retratação se impõe.

Virgílio anunciou também que requereu ao governo informações sobre o número de grupos de trabalho, comitês e



Arthur Virgílio anuncia representação ao STF contra Lula, "tudo em nome de uma nação perplexa e indignada"

comissões criados desde a posse de Lula. Ele questionou um dos grupos, destinado a estudar a "sardinha verdadeira". Heráclito Fortes (PFL-PI) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) juntaram-se a Virgílio nas críticas.

Para Delcídio, Lula mostrou cautela

O líder do PT, Delcídio Amaral (MS), enfatizou que o presidente Lula usou o condicional ao pedir ao então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, que não levasse adiante denúncias de corrupção no órgão, no início de seu governo.

Delcídio enfatizou a fala de Lula, no discurso: "Se tudo o que você está me dizendo é verdade", disse Lula, antes de ordenar a Lessa que não levasse a denúncia adiante. Para o líder do PT, a atitude do presidente demonstrou cuidado e responsabilidade com a coisa pública, ao evitar que a denúncia não confirmada, no início de seu governo, provocasse solavancos na economia.

— Foi uma demonstração de cautela e prudência — afirmou Delcídio, para quem "todo o cui-



Delcídio Amaral

dado seria pouco na ocasião".

O líder afirmou que o racionamento de energia elétrica levou as empresas do setor a uma situação quase falimentar, arrastando com elas muitas instituições financeiras, entre as quais o BNDES. A situação descrita por Lessa ao presidente, continuou Delcídio, foi fruto de "uma situa-

ção de absoluta anomalia" no setor elétrico brasileiro.

Delcídio destacou os avanços obtidos no país, com a ajuda do Congresso Nacional, como a reforma do Judiciário e as leis de Falência e de Biossegurança, e a necessidade de se continuar avançando, com a votação das reformas tributária e da Previdência. Ele ressaltou ainda o crescimento da economia, destacando o saldo comercial de US\$ 30 bilhões em 2004 e o volume recorde de exportações nos últimos 12 meses contados de janeiro de 2004, ultrapassando US\$ 100 milhões.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou em Plenário que as críticas feitas ao governo pelo PSDB e pelo PFL buscam impedir que a população tome conhecimento dos dados positivos da economia, citados por Delcídio.

Relato de possível propina gera polêmica

Os debates em torno das declarações de Lula provocaram também desentendimentos entre os senadores. No início da semana, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou em discurso que teria recebido proposta de suborno de empreiteiros para que retirasse seu apoio à instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigaria as privatizações no governo Fernando Henrique Cardoso. A CPI não chegou a sair do papel.

Em resposta, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), apresentou requerimento ao Conselho de Ética e Decoro

Parlamentar para que fossem investigadas as denúncias feitas por Maguito Vilela.

Na sexta-feira (4), no entanto, Virgílio solicitou em Plenário a retirada do requerimento após considerar satisfatórios os esclarecimentos apresentados por Maguito momentos antes.

O senador por Goiás avaliou que foi mal interpretado por seus colegas e lembrou não ter sido o primeiro a levantar suspeitas sobre as privatizações ocorridas no governo anterior.

— Não quis ofender o Parla-



Maguito Vilela

mento e os senadores, embora não tenha citado nenhum deles. Mas o governo anterior conseguiu abafar CPIs e não sou o primeiro a dizer isso. Disse que os empreiteiros tentaram, mas não conseguiram. Fiz

um contraponto entre o governo passado e o governo atual. E o governo Lula está no caminho correto — afirmou Maguito.

Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) também defenderam em Plenário o encerramento da polêmica.

Saturnino quer ligação mais viva com os eleitores

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou na quarta-feira (2) que é fundamental usar a criatividade e meios mais modernos, como o plebiscito e a consulta popular, para facilitar a política de uma nação. Para o parlamentar, é preciso estabelecer uma ligação mais viva e permanente entre eleitores e políticos, para não afetar o regime da representatividade, que "é a essência do regime democrático".

— Há um fenômeno mundial de grande insatisfação e desinteresse por parte da população, que se reflete na porcentagem das abstenções nas democracias e põe em xeque a questão da representatividade — afirmou Roberto Saturnino.

Garibaldi Alves propõe reforma ampla

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou que a reforma política deve ser feita ainda neste semestre e que não pode se restringir a um ajuste da legislação eleitoral e partidária ou às eventuais circunstâncias do momento. Ao falar sobre a representação popular, Garibaldi ressaltou o peso do poder econômico no exercício da democracia. — As contingências econômicas mascaram e deturpam a manifestação eleitoral do povo e, muitas vezes, amesquinham o exercício da representação de que nós parlamentares somos investidos — afirmou o senador.

Alvaro critica aumento de 0,1% para servidor

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o que considera algumas contradições do governo, principalmente no tocante ao anúncio de um aumento de 0,1% nos salários dos servidores públicos. Ele lembrou que recentemente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou que o servidor público está desestimulado porque o salário é baixo, o que leva ao sucateamento da máquina pública. "Esperava uma proposta de reajuste digno, que estimulasse o trabalhador. No entanto, aconteceu o oposto", disse o parlamentar, que comparou a recente compra do avião presidencial - que custou US\$ 57 milhões "para o presidente viajar com mais conforto" - à oferta de 0,1% para os funcionários.

PLENÁRIO

Mercadante: posse de presidente uruguaio fortalece o Mercosul

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), avaliou na sexta-feira (4) que, com a posse do novo presidente do Uruguai, Tabaré Vasquez, os uruguaios optaram por um caminho de alto nível de discussão política, de organização da sociedade civil e de cultura política. Para ele, que acompanhou o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva à posse, o novo chefe do Executivo do Uruguai mostrou estar disposto a aprofundar a integração regional e fortalecer o Mercosul.

– A integração regional não pode ser apenas econômica e comercial. Ela tem que ser política, institucional, cultural, científica e tecnológica. Deveríamos discutir esses assuntos com muita seriedade na Comissão Parlamentar do Mercosul – afirmou.

Segundo o senador, essa integração é a melhor saída para a geração de empregos, a estabilidade democrática e a construção de

um lugar melhor para a América Latina nos fóruns e nas disputas internacionais.

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) frisou que a eleição de Tabaré Vasquez no Uruguai foi um fato histórico de profunda transcendência para todo o continente.

Mercadante ressaltou ainda que os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontando um crescimento de 5,2% do produto interno bruto (PIB) em 2004, são os melhores resultados dos últimos dez anos no Brasil.

– É o crescimento industrial que está liderando o crescimento da economia e são as exportações industriais que estão liderando as exportações brasileiras – assinalou.



Para Mercadante, integração não deve ser apenas econômica, mas também política e institucional

O líder destacou ainda que o PIB *per capita* cresceu 3,17% em 2004, o maior aumento registrado na última década.

– Isso é resultado das políticas de inclusão social do governo Lula – concluiu ele.

Trabalho da Funasa promove inclusão social, diz Raupp

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou as realizações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e disse que as boas ações da



Valdir Raupp

entidade estão promovendo a inclusão social. Raupp afirmou que, apesar do aperto financeiro exigido pela política de estabilização da moeda e pelo controle inflacionário, em 2004 foram aplicados R\$ 570 milhões em ações de saneamento em todo o território nacional.

Raupp ressaltou a importância da Funasa na Amazônia, principalmente em Rondônia, no combate às doenças endêmicas, como é o caso da malária.

Maciel pede liberação de recursos para o metrô do Recife

O senador Marco Maciel (PFL-PE) fez apelo ao governo federal, em especial ao Ministério dos Transportes, para que volte a dar prioridade às obras de expansão do metrô do Recife. Para que possam ser concluídas, segundo o senador, são necessários R\$ 200 milhões. No ritmo em que as verbas estão sendo liberadas, observou, a conclusão pode levar mais sete anos.

A demora na liberação de recursos, ponderou Maciel, prejudica a população de baixa renda, que vê no metrô a possibilidade de um transporte de baixo custo.

– Espero que haja condições para que as obras prossigam na velocidade que a comunidade exige – afirmou.

Lobão cobra investimentos em rodovias maranhenses

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que pediu ao ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, maior participação do seu estado no Projeto Piloto de Investimentos (PPI), que envolve recursos de R\$ 2,8 bilhões, liberados, por acordo com o Fundo Monetário



Edison Lobão

rio Internacional (FMI), a partir da obtenção do superávit primário.

Segundo Lobão, a péssima situação das rodovias em seu estado, além de impedir o desenvolvimento, afeta a segurança dos cidadãos.

– Ônibus são assaltados nas estradas esburacadas – lamentou.

Cristovam alerta para crise administrativa de Brasília

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) pediu que os senadores prestem atenção no que vem acontecendo em Brasília, “capital de todos os brasileiros”.

– Prestem atenção no que acontece aqui onde vocês vivem pelos oito anos do mandato. Haver hantavirose a 10 quilômetros do Palácio da

Alvorada é uma questão de segurança nacional – afirmou.

Cristovam disse que várias doenças atingem a capital da República, que completará 45 anos no próximo mês.

Outro problema que aflige a cidade, na opinião do senador, é o crescimento desordenado e a expansão urbana, que criam bolsões de miséria.

Presidência

Para Renan, aumento salarial dos parlamentares é “assunto encerrado”

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou na quinta-feira (3) que considera “assunto encerrado” o aumento de salário dos parlamentares dos atuais R\$ 12,8 mil para R\$ 19,1 mil. As críticas da sociedade à proposta capitaneada pelo presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, provocaram o recuo de boa parte de seus apoiadores, e dificultaram sua tramitação.

Renan posicionou-se contra o aumento por considerá-lo “irreal”, o que demoveu Severino e o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Nelson Jobim, da ideia de colocar o reajuste em prática por ato administrativo. Renan enfatizou, no entanto, que não houve intenção de tirar proveito político do episódio.

– Não concordei com o aumento por dever, não foi para aparecer. Adverti o tempo

todo que não ia passar, alertei que havia dificuldades – esclareceu.

O presidente do Senado assegurou que o episódio não será transformado em crise política ou de relacionamento.

– Meu papel como presidente do Congresso é no sentido da harmonização e da conciliação. Não vamos deixar que nada atrapalhe o relacionamento das duas Casas – disse.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) elogiou em Plenário a posição de Renan. “Ele agiu com respeito à opinião pública.”

Já o senador Jefferson Péres (PDT-AM) considerou a proposta “uma insanidade”. Para ele, sua aprovação representaria “a

completa desmoralização do Congresso Nacional”. Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) também se manifestou contra o aumento.



Presidente do Senado, Renan Calheiros é contra o aumento de salário por considerá-lo irreal

Suassuna destaca a importância do agronegócio

O agronegócio é o principal responsável pelos recordes alcançados no superávit da balança comercial brasileira, na opinião do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Segundo informou, nos últimos dez anos o setor agrícola exportador expandiu seu volume e passou de US\$ 30 bilhões para quase US\$ 40 bilhões, havendo ainda a estimativa de que o produto interno bruto (PIB) agrícola nacional alcance a marca de US\$ 180 bilhões até o final do ano. O senador lembrou que, de cada três reais gerados no país, um vem do campo.

De acordo com estudos publicados recentemente pela Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento, o Brasil, a partir da próxima década, poderá se tornar o celeiro do mundo, sendo o maior produtor mundial de alimentos, salientou Suassuna.

– Já somos o maior produtor mundial de oito *commodities*. O sucesso do agronegócio não foi por acaso, mas mediante um trabalho sério de pesquisa e investimento em máquinas e defensivos – ressaltou.

Ele registrou o papel fundamental da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), principalmente no caso da soja. Devido às pesquisas da entidade, o Brasil é o maior exportador mundial do grão, responsável por US\$ 24 bilhões de divisas.

O senador alertou que o país deve cuidar da infra-estrutura, preparando armazéns e estradas para receber a safra, e também corrigir distorções, como o fato de a agricultura familiar e as florestas cultiváveis não estarem sob a gestão do Ministério da Agricultura.

Fórum discutirá governabilidade e desenvolvimento

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na quarta-feira (2) o ex-presidente da Colômbia, Ernesto Samper, que veio convidado a participar de fórum internacional que discutirá a governabilidade e o desenvolvimento econômico, nos dias 28 e 29 de setembro, em Bogotá. O líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e a embaixadora da Colômbia, Claudia Rodriguez Castellanos, acompanhavam o visitante.

PLENÁRIO

Proposta de reforma sindical gera discussão

Se negociação, dificilmente o projeto de reforma sindical será aprovado no Congresso, neste ano ou em 2006. O alerta é do senador Paulo Paim (PT-RS), sindicalista há mais de 30 anos e que sempre se destacou, na Câmara dos Deputados e no Senado, na discussão de temas trabalhistas.

Conforme Paim, há muitas divergências no movimento sindical sobre a reforma, que ainda não foram dirimidas por consensos. Ele citou, por exemplo, a contribuição obrigatória, pela qual todos os trabalhadores precisam descontar um dia de trabalho em favor das estruturas sindicais oficiais, mantida nas duas propostas de reforma apresentadas pelas centrais e confederações. Também não haveria ainda acordo em relação ao real poder das negociações entre empregados e patrões, e o próprio Paim não aceita que o acordo prevaleça sobre o legislado.

– Lei é lei, e sem a afirmação desse princípio não haveria razão para a existência do Congresso Nacional – afirmou o senador.

Paim adiantou que a CUT não

concorda com todos os termos da proposta de reforma sindical do governo, que chegou quarta-feira ao Senado, e citou a representação dos empregados nos locais de trabalho, não garantida pelo projeto.

Na opinião da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), porém, a aprovação do projeto vai abrir espaço para que a sociedade possa discutir com mais segurança a reforma trabalhista, ponto da pauta fundamental e necessário para modernizar o país. Ela ocupou a tribuna em nome da liderança do PT para ressaltar os esforços do governo Luiz Inácio Lula da Silva no sentido de preparar o Brasil para o desenvolvimento.

Ideli ressaltou que há unanimidade entre os sindicalistas de que coube a Lula a “coragem” de iniciar o debate da reforma, voltado para melhor oxigenar



ROOSEWELT PINHEIRO

Paim lembra que vários itens propostos não obtiveram consenso no movimento sindical

as representações de classe, a criar o Fórum Nacional do Trabalho. Para ela, o projeto agenda duas propostas fundamentais à adoção de um novo modelo de representação classista: o fim progressivo do princípio da unicidade sindical e da contribuição obrigatória, vinculadas a um tipo de “estrutura sindical arcaica e com distorções significativas”.

– Depois da reforma, o país vai estar preparado para enfrentar a reforma trabalhista – disse a senadora.

as representações de classe, a criar o Fórum Nacional do Trabalho. Para ela, o projeto agenda duas propostas fundamentais à adoção de um novo modelo de representação classista: o fim progressivo do princípio da unicidade sindical e da contribuição obrigatória, vinculadas a um tipo de “estrutura sindical arcaica e com distorções significativas”.

– Depois da reforma, o país vai estar preparado para enfrentar a reforma trabalhista – disse a senadora.

Efraim diz que renda do trabalhador só faz cair

Em discurso no Plenário, o senador Efraim Morais (PFL-PB) destacou dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicando que a renda do trabalhador brasileiro não pára de cair, o que agrava o quadro de pobreza e desigualdade em que vive a população.

– O IBGE calcula renda *per capita* de menos de meio salário mínimo considerando-se o total da população brasileira. E trata-se de números insuspeitos, uma vez que vêm do próprio governo federal. O Brasil está mais pobre,

o brasileiro está mais pobre e também sem perspectivas. Teme-se que fique sem esperanças – afirmou o senador.

Efraim Morais disse que supunha que o PT transformaria em atos concretos o discurso que sustentou durante décadas: a primazia do trabalho sobre o capital e a redução de desigualdades. Mas, na opinião de Efraim, nos dois anos de governo petista nada disso se materializou. Para ele, os dados denotam uma ausência de projeto de governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

– O PT tinha um projeto de

poder, um discurso eficiente, obsessivo, que demolia adversários e semeava esperanças inconseqüentes. E agora nenhuma explicação sensata é dada ao eleitor – completou.

Augusto festeja mínimo superior a US\$ 100

Em outro pronunciamento, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) comemorou o fato de o salário mínimo brasileiro

hoje já valer mais do que US\$ 100, mesmo antes do aumento previsto para 1º de maio. Ele disse que a realidade comprovou que estavam errados os cétricos que afirmavam ser esse um sonho irrealizável.

– Essa conquista foi antecipada pela valorização do real. Dizem que ela é pouco importante porque não será para sempre. Na verdade, o vigor do real revela a força da economia brasileira. Não fosse assim, ninguém confiaria em nossa moeda – analisou Augusto Botelho.

Segundo o senador por Roraima, o Brasil ganhou respeito internacional e passou a ser respeitado pelos mercados financeiros e o real passou a ser a moeda que mais se valoriza no mundo.

Senador do PFL receia que o brasileiro também se veja sem esperança

Raupp pede ajuda para pequenos produtores

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) fez apelo ao presidente da República, ao ministro da Agricultura, ao Banco do Brasil e ao Banco da Amazônia para que dêem atenção aos pequenos produtores rurais de seu estado, que, segundo informou, não estão conseguindo arcar com suas dívidas bancárias. Os preços praticados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), de acordo com o senador, não estão cobrindo os custos de produção. Raupp disse ter solicitado ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, durante reunião com a bancada do PMDB no Senado, a redução do peso da saca de arroz vendida pelos produtores de seu estado, de 60 para 50 quilos, que é aquele utilizado pelos produtores do sul do país. Outra alternativa apontada por Raupp ao ministro, como explicou, seria o pagamento de R\$ 25 por saca do produto e não mais os R\$ 20,7 atualmente pagos.

– Apelo para que eles analisem com carinho a situação dos produtores, pois só assim eles terão condições de continuar na roça – afirmou o senador Valdir Raupp.

Suplicy acredita que, em 2006, país será auto-suficiente em petróleo

Em nome do bloco de apoio ao governo, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a Petrobras, como empresa pública que tem mantido uma trajetória empresarial e que reduziu a dependência do Brasil em relação ao petróleo, poderá levar o país à auto-suficiência em 2006.

O senador procurou esclarecer, em seu pronunciamento, problemas de redução da produção apontados pelo senador Almeida Lima (PSDB-SE), em discurso recente sobre o as-

sunto no qual citou a revista *Veja*. Para isso, Suplicy leu em Plenário carta enviada à revista pelo presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, a propósito do artigo “Lula é caro demais”, publicado em janeiro.

Na carta, o presidente da Petrobras esclarece que a redução da produção da empresa ocorreu principalmente por atraso na entrega de duas plataformas, a P-43 e a P-48, encomendadas em 2001 pelo governo anterior e construídas pela empresa americana Halliburton.

Aelton propõe reparcelar as dívidas para socorrer prefeituras

O senador Aelton Freitas (PL-MG) defendeu a edição de uma medida provisória para estender de 60 para 240 meses o prazo de parcelamento de dívidas dos municípios, como forma de garantir que as prefeituras continuem recebendo os repasses federais e estaduais de recursos.

Na opinião do senador, essa medida provisória atenderia aos requisitos de relevância e urgência previstos pela Constituição, uma vez que muitos prefeitos que assumiram seus mandatos no início deste ano

se depararam com grandes dívidas. Ao permitir o reparcelamento das dívidas, observou, a medida provisória livraria os municípios da “pecha” de inadimplentes e os tornaria aptos a receber os repasses a que têm direito.

Ele citou o exemplo de prefeituras que, em débito com a Previdência, não podem receber recursos da União. Além disso, recordou, os municípios têm enfrentado um “severo” aperto fiscal, necessário à construção de superávits fiscais.

Quintanilha defende mudança no sistema de transporte nacional

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) disse que o Brasil precisa repensar urgentemente sua matriz de transporte se quiser se projetar no futuro como um dos grandes países do mundo. Na sua avaliação, a opção histórica por um modelo baseado no transporte rodoviário onera os custos de produção, criando obstáculos aos empresários brasileiros na disputa por espaços no mercado internacional.

– É hora de apostarmos tam-

bém nas ferrovias e hidrovias para dar curso às cargas de longa distância a custos menores – avaliou o senador.

Após audiência com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, o senador lembrou que um dos “gargalos” que paralisam a discussão de novas alternativas de transporte está relacionado, entre outros, às leis que regem os licenciamentos ambientais, que, em nome do desenvolvimento, precisam ser reavaliadas.

César Borges teme que economia não repita desempenho em 2005

O senador César Borges (PFL-BA) disse que as atitudes e políticas da atual equipe econômica em nada diferem do que foi dito e executado pela administração passada. Por isso, ele alertou para a possibilidade de o Brasil não repetir, neste ano, o bom desempenho econômico de 2004, como ocorreu em 2001, quando o país não conseguiu crescer os 4,5% registrados no ano anterior. César Borges lembrou que ajuste fiscal, carga tributária elevada, superávit fiscal, redução dos investimentos públicos e cortes no Orçamento não são novidade na economia brasileira.

– O superávit fiscal, por

exemplo, duramente criticado no passado pelo atual presidente, é hoje idolatrado pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que não faz muito tempo, quando era deputado federal, tentava subir a rampa do Palácio do Planalto com um carrinho de compras para protestar contra o baixo poder de compra do salário mínimo – lembrou César Borges.

Segundo o senador pela Bahia, as bandeiras defendidas pelo PT, como o plebiscito sobre a dívida externa, a mudança na política de juros altos e o fim da submissão ao Fundo Monetário Internacional (FMI), foram esquecidas sem nenhuma explicação.

PLENÁRIO

Mão Santa acusa governo de usar a Petrobras

O senador Mão Santa (PMDB-PI) acusou o governo de fazer uso político da Petrobras. Ele afirmou que a empresa cobra pelo combustível um preço mais alto que o necessário, para destinar dinheiro a programas sociais. Mão Santa disse que a estatal do petróleo destinou R\$ 303 milhões para o programa Petrobras Fome Zero de combate à exclusão social e promoção do desenvolvimento com cidadania. O senador informou também que a empresa fatura 28% do preço de varejo dos combustíveis, com lucro anual de bilhões de reais. Para Mão Santa, esse valor poderia ser menor, barateando o custo do transporte para o setor produtivo e para a população em geral.

Papaléo quer saneamento para o Amapá

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) apelou ao governo para que encontre rapidamente solução para o grave problema do saneamento básico no estado do Amapá e em toda a região Norte. De acordo com o senador, mais de 90% das cidades não têm sistema de coleta de dejetos e somente 2,4% das residências são atendidas por rede pública de esgoto no conjunto dos estados do Norte. Papaléo alertou também para os perigos da contaminação ambiental provocada pelo lixo residencial, afirmando já haver uma conscientização sobre a poluição proveniente de fábricas e indústrias, mas não sobre o lixo orgânico das casas.

Lúcia Vânia pede soluções para setor agrícola

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) registrou em Plenário "a terceira maior mobilização do setor contra a política agrícola do governo federal", que reuniu 3 mil produtores rurais na quarta-feira (2), em Rio Verde (GO). Segundo ela, ao final do encontro foi divulgada a Carta do Centro-Oeste, encaminhada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com várias reivindicações para reduzir a crise na agricultura, entre elas a prorrogação das dívidas de custeio e o não pagamento das parcelas em 2005 e 2006. - Espero que a carta não seja um documento para ficar engavetado nos gabinetes ministeriais, mas que efetive uma posição concreta do governo para minimizar a crise do setor.

Zambiasi alerta para efeitos da seca no Sul

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) chamou a atenção do Plenário para as conseqüências alarmantes da seca em seu estado, em que 392 dos 496 municípios já decretaram estado de emergência. A estiagem atinge especialmente as pessoas mais humildes, disse o senador.

- Mais de 120 mil famílias de pequenos produtores rurais estão sofrendo prejuízos irreversíveis em suas lavouras - afirmou, acrescentando que as lavouras de feijão, por exemplo, contabilizam perdas da ordem de 40%. Nas culturas de arroz e soja, o prejuízo pode chegar a 70%. Os animais estão perdendo peso, pois os pastos, açudes e arroios secaram, contou Zambiasi.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também apresentou dados sobre a crise de produção provocada pela seca na região central do Rio Grande do Sul. O racionamento de água atinge 1,3 milhão de moradores de zonas



Sérgio Zambiasi afirma que as perdas das lavouras de feijão são de 40%. Arroz e soja já têm perdidos 70% da produção da safra

urbanas (52 cidades) e áreas rurais. Foram editados 398 decretos de situação de emergência em prefeituras gaúchas, o que representa o maior número de casos em 14 anos.

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a necessidade de soluções imediatas, como o seguro para a perda da safra, que foi tratada com ministros.

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou do governo uma "atuação enérgica" para socorrer os produtores rurais

que sofrem os efeitos da forte estiagem que atinge os estados da região Sul. Para ele, devem ser tomadas providências "imediatas", como a edição de uma medida provisória (MP) que beneficie os estados em dificuldades - Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte do Paraná.

Em nome da liderança do governo, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) registrou a sensibilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a seca que sacrifica os três estados do sul do país.

Crivella anuncia repasses para o Rio

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) anunciou proposta do Ministério da Saúde de aumentar os repasses para custeio do sistema de saúde da cidade do Rio de Janeiro, o que deverá solucionar a grave crise em que se encontra a rede pública de saúde do município.

- O Ministério da Saúde se propôs a ampliar imediatamente os repasses em R\$ 46 milhões anuais para suprir as necessidades de contratação de pessoal, os quais serão incorporados definitivamente aos repasses anuais para o município. Além disso, o ministério se comprometeu a investir neste ano mais R\$ 90 milhões em reforma e aquisição de equipamentos - informou Crivella.

Em aparte, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) avaliou que



Marcelo Crivella

não adianta a prefeitura do Rio reconhecer que a saúde do estado vai mal e que é preciso fazer algo. Efraim Morais (PFL-PB) lembrou a Crivella que o principal responsável pela crise da saúde no Rio é o governo federal, que não vem cumprindo os acordos de repasses de recursos. Mão Santa (PMDB-PI) falou da

gravidade da situação da saúde no município, em que, apesar do aumento do número de doentes renais, o governo não atualizou os valores da hemodiálise.

Para o senador Tião Viana (PT-AC), a causa principal da crise da saúde no Rio é a falta de aplicação dos recursos estaduais e municipais. "O Acre gasta mais em saúde do que o Rio de Janeiro", comparou o parlamentar.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), conclamou os senadores da bancada do Rio de Janeiro a se unir com objetivo de buscar soluções para a saúde pública na capital do estado. De acordo com Agripino, o prefeito César Maia (PFL) está sendo obrigado a administrar um déficit de R\$ 280 milhões no repasse de recursos federais.

Cristovam propõe agência para as crianças

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) apresentou projeto de lei criando a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, vinculada à Presidência da República, para propor diretrizes, regular, acompanhar e avaliar a execução das políticas do setor.

Cristovam justificou a apresentação da proposta citando dados sobre a situação das crianças brasileiras. Segundo afirmou, dos 55 milhões de crianças de dez a 15 anos, 40% estão desnutridas; 1,5 milhão entre sete e 14 anos estão fora da escola. A cada ano, disse o senador, 2,8 milhões de crianças

abandonam o ensino fundamental. Das que concluem a 4ª série, 52% não sabem ler nem escrever.

- Em nosso país, uma criança só é preocupação federal quando cresce e entra na universidade ou no Exército - protestou o senador.

Cristovam defendeu a federalização da educação básica, com a criação das condições que permitam a cada município investir na formação do professor, na implantação de um piso salarial



Cristovam Buarque

e em instalações e equipamentos.

Cristovam recebeu o apoio e os cumprimentos dos senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e José Jorge (PFL-PE), que anunciou em Plenário que o senador do DF sugeriu também a criação de um movimento para que os senadores somente discutam a proposta de reforma universitária depois que chegar ao Congresso proposição do governo para reforma da educação infantil, ensino, médio e ensino especial.

Jonas registra protesto de produtor rural

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse que a manifestação promovida por milhares de produtores rurais, reunidos semana passada em Rio Verde (GO), e que contou com a presença de governadores, senadores e deputados, procurava mostrar ao país a grave crise que atravessa o agronegócio brasileiro, responsável no ano passado por 42% das exportações, 37% do produto interno bruto (PIB) e 34% dos empregos no país. A crise já estava prevista, afirmou o senador, porque a agricultura vem arcando com altos custos de produção. Jonas Pinheiro salientou que a Medida Provisória 232/04 agravará a situação, pois prevê retenção na fonte de 1,5% do valor dos produtos agropecuários adquiridos.

João Ribeiro sugere obras para as PPPs

O senador João Ribeiro (PFL-TO) defendeu a inclusão das construções da ferrovia Norte-Sul e da eclusa do Lajeado, além da complementação da BR-153, entre as prioridades do governo federal para execução por meio das parcerias público-privadas (PPPs). Ele informou também que os senadores e deputados federais do Tocantins agendarão audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para apresentar o pedido. Para João Ribeiro, a ferrovia Norte-Sul é uma obra de interesse nacional, porque além de integrar diversos estados, permitirá que a produção de Mato Grosso, Tocantins e Goiás seja escoada pelo porto de Itaqui, no Maranhão, que tem o segundo maior calado do mundo.

João Capiberibe apresenta CD de música indígena

O senador João Capiberibe (PSB-AP) apresentou ao Plenário um CD e um livro de música erudita, elaborados por comunidades indígenas. Ele explicou que o CD contém obras como *Pequena Serenata Noturna*, de Mozart, gravada com a participação de 20 músicos indígenas, 13 estudantes de escola pública de Macapá e 12 músicos da Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo.

- O projeto do espetáculo *Ponte entre os Povos*, que surgiu quando fui governador do Amapá, une a música indígena à música erudita. E reúne as tribos Wayana, Apalai, Katxuyana, Tiriyo e Palikur da região do Oiapoque, no Amapá, com músicos eruditos - informou o senador.

Voz do Leitor

DEFENSORIA PÚBLICA

“A matéria publicada no *Especial Cidadania* sobre Defensoria Pública é um tributo ao corporativismo. O *Jornal do Senado* deveria apurar o fato de a Defensoria ser contra a prestação de serviços pelo município, mesmo sendo uma atividade de assistência pública. E ainda a questão de a OAB ser contra a criação de cooperativas de assistência jurídica, mesmo a Constituição as prevendo. A OAB cria cartel ao implantar tabela mínima de honorários advocatícios, pois pune por captação de clientela quem usa o princípio da livre concorrência. E o pior de tudo: nega ao cidadão o direito de ir ao Judiciário sem a representação por advogado, mesmo que queira ir pessoalmente. Um absurdo, pois a Constituição assegura o direito de petição. Administrar a Justiça não significa monopólios de representação. Ademais, o Estado poderia implantar convênios com advogados dativos remunerados e escolhidos pelos clientes.”

Júlio Roberto, de Belo Horizonte (MG)

CÉLULAS-TRONCO

“Sou conselheiro municipal dos portadores de deficiência em São Bernardo do Campo (SP) e discordo do cidadão Reginaldo de Oliveira, de São Julião (PI), que diz ser contra os transgênicos e as células-tronco por ser defensor da vida e da natureza. Esse leitor não possui conhecimento sobre as células-tronco para externar tal comentário, pois a vida de uma pessoa pode ser salva por esse meio.”

José Gomes Ruiz, de São Bernardo do Campo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

APOSENTADORIA

“Sou professora porque me formei com bastante sacrifício. Hoje me sinto desrespeitada, não apenas na profissão, mas também quanto aos direitos humanos. Quando esperava minha aposentadoria, após 31 anos de serviço, chegou um parecer afirmando que teria direito de me aposentar, mas perderia 5% de meu mísero salário. Peço clemência. Peço uma reflexão a respeito da nova lei da Previdência que está prejudicando quem já cumpriu seu tempo de serviço. Que seja respeitado o direito adquirido.”

Ana Bernadete de Medeiros Barreto, de Mossoró (RN)

CARNAVAL

“Senador César Borges, sugiro a apresentação de um projeto de lei para diminuir os investimentos nas comemorações de carnaval, aproveitando a verba excedente para aplicação nos setores de educação e saúde da economia federal.”

Edilson Silva Santos, de Itabuna (BA)

CARGOS COMISSIONADOS

“Concordo com a opinião do leitor Ubirajara Ferreira da Silva (BA) sobre os cargos comissionados nos tribunais preenchidos por aposentados, ocupando vagas que deveriam ser de desempregados. Esses aposentados poderiam estar descansando ou trabalhando por conta própria, gerando empregos, renda e mais impostos. Infelizmente, isso não ocorre só nos tribunais, mas também no governo federal, nos estaduais e nas prefeituras.”

Eliás Coutinho, de Apiaí (SP)

Pergunte ao Senador

SEGURANÇA

Odilmar Vargas, de Caldas Novas (GO)

Gostaria de saber se existe e se é legalizada a profissão de segurança para atuar na proteção de pessoas em eventos e shows, que se caracteriza pelo alto risco e perigo de vida.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) responde:

O serviço de segurança só pode ser feito por empresas devidamente constituídas para esse fim. O serviço prestado por particulares é proibido, embora seja feito. A atividade está prevista na Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, e regulamentada pelo Decreto Presidencial 89.056, de 24 de novembro de 1983.



RECURSOS

Diogo Luiz Manso Moraes, de Campina Grande (PB)

Senador Marco Maciel, gostaria de saber se o senhor acha que deve ser imposta uma modificação no sistema recursal da legislação brasileira.

O senador Marco Maciel (PFL-PE) responde:

A redução do processo recursal é importante e pode ser feita por intermédio da legislação infra-constitucional. Uma PEC recentemente aprovada concorrerá para agilizar o funcionamento do Poder Judiciário, mas não devemos deixar de frisar que, para esse fim, é fundamental alterar a legislação processual.



DEPÓSITOS EM BANCO

Fernando José da Silva, de Mirante da Serra (RO)

Senador Valdir Raupp, gostaria de saber se a lei que dispõe sobre depósitos em banco mudou ou se o banco pode reter o dinheiro do cidadão por mais de 20 dias. Fiz um depósito em uma instituição bancária que não foi liberado para saque.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) responde:

Caro Fernando, não é permitido a qualquer instituição bancária reter o dinheiro de depósitos por mais de 48 horas, salvo se a pessoa tiver algum débito anterior ao mesmo. É bom verificar se, em tela, o senhor não tem ou tinha débitos com o banco antes de fazer o depósito mencionado.



Frases

“Quem nunca observou uma criança pequena beber uma famosa bebida achocolatada com a convicção de estar ficando mais forte e poderosa?”

Tião Viana, autor do projeto que proíbe destaque promocional das características nutritivas de alimentos nas embalagens e nos veículos de divulgação.

“O Congresso se tornaria uma Geni nacional”

Jefferson Péres, manifestando-se contra a proposta de aumento para parlamentares no momento em que os servidores públicos tiveram reajuste de 0,1%. Geni é personagem da música *Zepelim*, de Chico Buarque, sempre agredida e difamada pela população de sua cidade.

“Severino, que é político, agiu como um juiz. E Vidigal, que é um juiz, procedeu como um político”

Antonio Carlos Magalhães, sobre o presidente do STJ, a quem acusou de intromissão em assunto do Congresso Nacional. Vidigal disse que não cabia censura ao presidente Lula, que teria acusado o governo Fernando Henrique de corrupção.

“Seja mentira ou prevaricação, o episódio reduna em deterioração moral”

Almeida Lima, sobre a declaração do presidente Lula de que teria proibido a divulgação de supostos casos de corrupção atribuídos ao governo Fernando Henrique Cardoso.

“Optaram pela vereda dos juros crescentes, colocando o cabresto na economia”

Flexa Ribeiro, lembrando que o presidente Lula recebeu o governo com a taxa de juros anuais a 25%, que, um mês depois, chegaram a 26,5%, mantendo-se nesse patamar por quatro meses.

“Celso Furtado fez com que nós, do Nordeste, pensássemos como nordestinos”

Cristovam Buarque, em homenagem a Celso Furtado.

“O Brasil está mais pobre, o brasileiro está mais pobre e sem perspectivas. Teme-se que fique sem esperanças”

Efraim Moraes, ao citar dados do IBGE para afirmar que a desigualdade no país cresceu, inclusive em municípios do Sul

“Trancamento de pauta mata criança lá na ponta”

Laerte Tetila, prefeito de Dourados (MS), que apontou como um dos fatores da desnutrição de crianças indígenas no município a demora na votação pelo Congresso, no ano passado, de dotações orçamentárias para a cidade.

Foto da Semana

A votação pela Câmara dos Deputados, no dia 2 de março, da Lei de Biossegurança, que permite a realização de pesquisas com células-tronco para fins terapêuticos, foi acompanhada com grande expectativa por portadores de deficiência. Pelo fato de poder se transformar em qualquer tipo de tecido, a célula-tronco representa esperança de cura de diversas doenças



ROSE BRASIL/ABR

Especial sobre Bidu Sayão

Muitos brasileiros não sabem, mas, nos anos 30 e 40, uma brasileira destacou-se no fechado mundo da música clássica internacional por sua voz incomparável. Era a cantora lírica Bidu Sayão, soprano que se consagrou principalmente na Europa e nos Estados Unidos e teve grande popularidade também no Brasil.

A TV Senado exhibe, neste fim de semana, um programa especial que marca o centenário de nascimento da cantora, que foi a favorita do maestro e compositor Heitor Villa-Lobos. O programa, *Bidu Sayão, o Canto de Cristal*, conta a trajetória musical da artista e o contexto histórico da época, e vai ao ar no sábado, às 15h e às 21h30, e no domingo, às 14h30 e às 22h.

Reinventora do bel-canto, definição dada pelo jornal *New*

York Herald, em 1924, Bidu possuía timbre nítido e pronúncia clara, características que fizeram dela uma das melhores cantoras líricas que o Brasil já teve. A cantora integrou o time de artistas do *Metropolitan Opera House* de Nova York, sendo protagonista em obras como *Manon*, *Romeu e Julieta* e *La Bohème*.

Em 1995, recebeu homenagem da Escola de Samba Beija-Flor, que contou com a participação da cantora, numa de suas últimas aparições públicas.

Rádio debate direitos da mulher

No dia 8 de março, comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Para marcar a data, a



A brasileira Bidu Sayão foi destaque no fechado mundo da música erudita

Rádio Senado discute os direitos femininos no programa *Conexão Senado*, que vai ao ar nesta segunda, às 12h.

A atração vai comentar o es-

tágio de implementação das metas da Conferência de Beijing, realizada na capital chinesa há dez anos. A conferência produziu dois documentos, sendo o principal a Plataforma de Ação, um dos mais completos textos sobre direitos femininos já produzidos numa reunião da Organização das Nações Unidas. O ouvinte pode participar do debate do *Conexão Senado* enviando mensagem via endereço eletrônico conexao@senado.gov.br, pelo telefone 311-1182 ou pelo fax 311-2777.

Na programação musical, o destaque é o programa de entrevistas *Escala Brasileira*, com Antenor Bogéa. O músico lança novo disco, *Peregrino*, com as participações especiais de Alcione e Rita Ribeiro, entre outros. O programa vai ao ar na quinta-feira, às 23h, e no sábado, às 20h.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

PUBLICAÇÕES

Uma história essencial das idéias políticas no Brasil

RODRIGO ROSA

A empreitada era desafiadora. Desbravar as linhas do pensamento político no Brasil. O resultado faria parte de uma coleção de histórias de idéias brasileiras de natureza política, jurídica e social. O encarregado foi o professor e ensaísta pernambucano Nelson Nogueira Saldanha, que logo se deu conta da magnitude da tarefa.

Seria mais difícil do que rastrear a história dos fatos. Idéias são despidas de concretude e, no mais das vezes, não têm marcos cronológicos que se podem facilmente precisar. O pensamento é fluido, caótico. Teima em desrespeitar a linha do tempo. Com elegância, Saldanha enfrentou o desafio e nos deu este *História das Idéias Políticas no Brasil*, da coleção Biblioteca Básica Brasileira, publicada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado.

Delimitar o conceito de idéia política foi o primeiro obstáculo. O autor optou corretamente por um olhar sistêmico, absorto pela análise culturalista por que tinha afeição. Até então, era pioneiro. Poucos haviam se prontificado a isolar o cerne do pensamento

político em território brasileiro. Ele não se intimidou: foi às raízes do Brasil e buscou as feições nacionais do liberalismo, nacionalismo, socialismo e outros *ismos* que compõem o fulcro das discussões políticas.

Optou também por um sobrevôo leve pela história, sem mergulhos excessivos em temas específicos. Apresentou um sortido conjunto de idéias; algumas, distantes das tribunas,

como os ditos populares, sempre farto manancial de posicionamento político. Um exemplo é a ironia pernambucana à época do Império, quando então se

dizia que, naquele estado, *ou se era Cavalcanti ou se estava cavalgado*, em referência à influente família que ostentava o poder local.

Na introdução da obra, o autor não parece feliz com o resultado de sua pesquisa histórica: *defeituoso e incompleto*, foi como avaliou o próprio trabalho. Na verdade, Saldanha estava sendo rigoroso. Seu levantamento é rico e abrangente e privilegia o essencial no pensamento político brasileiro, desde o período colonial até as vésperas do golpe militar de 64.

A obra desbrava as linhas do pensamento desde o período colonial até 1964

Rodrigo Rosa é consultor-geral legislativo do Senado Federal. O livro *História das Idéias Políticas no Brasil*, foi editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado. Informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-4755.

ESPECIAL

Senado terá plano de corte de gastos

Começa a ser implantado, nesta segunda-feira, o plano de cortes de despesas no Senado Federal, orçado em R\$ 30 milhões, conforme anunciado pelo presidente da Casa, senador Renan Calheiros.

– Determinamos ao 1º secretário e à administração da Casa fazer estudos detalhados para apresentar um plano de cortes de despesas. Nós já cortamos R\$ 11 milhões, e a meta é chegar a R\$ 30 milhões – assinalou o presidente.

Em um prazo de dez dias, iniciado na quinta-feira (3), o 1º secretário, senador Efraim Morais (PFL-PB), espera definir como será realizado o corte. Até lá, ele pretende recolher sugestões de medidas de contenção, de cada um dos diretores do Senado.

Na primeira reunião da Mesa deste ano, já havia sido decidido um corte inicial de R\$ 11 milhões em 2005. Com o objetivo de se alcançar a economia projetada para o ano, Renan pediu um programa de corte adicional de despesas.

O 1º secretário informou que vai aguardar as sugestões dos diretores para definir onde haverá limitações de gastos. “Este é um bom começo para se mostrar austeridade e a vontade da nova Mesa de trabalhar sério e com objetivos definidos”, avaliou

Efraim Morais.

Na sexta-feira (4), o Conselho de Administração do Senado, presidido pelo diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, reuniu-se para traçar as diretrizes de execução do plano de cortes.

Ao transmitir aos diretores das secretarias do Senado as determinações que recebeu da Mesa, de enxugar drasticamente os gastos, Agaciel Maia ressaltou que “a hora é de sacrifícios”.



JOSE CRUZ

Para o 1º secretário da Casa, Efraim Morais, os cortes mostram austeridade da nova Mesa

– Nossa mão vai estar invertida: não venham mais à minha sala pedir mudanças que impliquem aumento de custos, mas, sim, oferecer medidas que reduzam gastos – frisou o diretor-geral.

Esforço para racionalizar despesas

O Conselho de Administração do Senado volta a se reunir na terça-feira (8) para examinar o rol de medidas práticas, com vistas à redução de gastos. Os diretores das secretarias administrativas deverão receber estudo encomendado pelo diretor-geral à diretora da Biblioteca, Simone Bastos Vieira, sobre a literatura disponível a respeito de cortes de despesas no setor público.

A diretora sugeriu avanços na área de informática, para que o Senado consiga reduzir de forma decisiva a utilização de papel.

O diretor-geral do Senado levará o plano de cortes concebido pelo Conselho ao 1º secretário, a quem cabe encaminhar o assunto à Mesa diretora.

Durante reunião na última sexta-feira, o diretor-geral adjunto do Senado, José Alexandre Lima Gasineu, pediu aos diretores que promovam uma revisão rigorosa das licitações programadas, para reduzir ao máximo os quantitativos ali estipulados, ou até mesmo adiar compras e contratações de serviços.

Já o diretor da Secretaria de Recursos Humanos, João Carlos Zoghbi, propôs que o Senado retome as campanhas de *endomarketing* para conscientizar os servidores quanto à necessidade de economia de despesas.

Conheça o Senado

Machado de Assis e sua visão peculiar do poder

Ao se falar em Machado de Assis, é senso comum referir-se à possível traição de Capitu, personagem do principal romance do escritor (*Dom Casmurro*), que também é conhecido como o fundador da Academia Brasileira de Letras.

Poucos conhecem, no entanto, um dos períodos importantes da vida literária de Machado. O escritor foi um dos jornalistas políticos mais importantes da história, atuação reconhecida até os dias de hoje.

Ainda no Império, em 1860, Machado de Assis assumiu, a convite de Quintino Bocaiúva, o cargo de jornalista no recém-criado *Diário do*

Rio de Janeiro. Sua atuação como repórter estava voltada principalmente para as ações do Senado Federal, sediado no Palácio do Conde dos Arcos, no Rio de Janeiro, primeiro prédio a abrigar os senadores.

Em 1860, como jornalista, cobria as ações do Senado, no Rio de Janeiro

O cargo de senador conferia aos homens públicos grande notabilidade, além de ser vitalício. Essa prerrogativa era muito criticada pelos deputados, que tinham mandatos temporários.

Machado, no entanto, se destacou ao defender o caráter duradouro dos mandatos dos senadores. Em 1898, publicou uma crônica em

que dizia que a vitaliciedade dava à Casa “uma consciência de duração perpétua, um ar de família”.

“Discordam sempre, mas é próprio das famílias numerosas brigarem, fazerem as pazes e tornarem a brigar. Parece até que é a melhor prova de estar dentro da Humanidade”, escreveu.

O então repórter tinha uma visão muito peculiar do poder. “Em política, ser lógico é ser profeta”, disse uma vez. Apesar da importância atribuída à atuação de Machado de Assis como jornalista político, o escritor manteve a humildade, ao se referir a seu trabalho. Ele disse que era apenas “um adolescente espantado e curioso” quando trabalhava como repórter.



REPRODUÇÃO "O ALBUM" / ABL

O jornalista Machado de Assis defendia o caráter duradouro do mandato dos senadores

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique

Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Prevenção é sua arma contra o câncer

A incidência de câncer no Brasil vem aumentando a cada ano. Câncer ou neoplasia maligna é o nome dado a um conjunto de mais de cem doenças que têm em comum o crescimento desordenado, ou seja, maligno, de células que invadem os tecidos e órgãos, podendo espalhar-se pelo organismo. A prevenção é a melhor forma de se evitar o mal, e os métodos de cura são mais eficazes quando o tratamento começa na fase inicial da doença. Por essa razão, o diagnóstico precoce é fundamental.

Atualmente, os diferentes tipos de câncer formam o segundo grupo de doenças que mais matam no país. As estimativas para este ano, segundo o Instituto Nacional do Câncer, indicam que ocorrerão

467.440 novos casos. Os tipos de maior incidência, à exceção do de pele não-melanoma, serão os de próstata e pulmão no sexo masculino e de mama e colo do útero no sexo feminino.

A maioria dos casos da doença (80%) está associada a fatores ambientais, tais como hábitos alimentares, fumo, álcool, exposição ao sol, a agentes químicos e biológicos, ainda que a predisposição hereditária também influencie. O tratamento mais comum é a quimioterapia.

Saiba, nesta edição do **Especial Cidadania**, os tipos de câncer mais frequentes, dicas de como evitá-los, alguns dos direitos do portador dessa doença, as propostas em tramitação e onde obter mais informações.



Atenção aos sinais de câncer infantil: inguins, anemias intensas, febres repetidas e tumorações no abdome, braços e pernas

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER/INCA

Tipos mais frequentes no Brasil



PELE - É o de maior incidência no país, chegando a 25% dos tumores diagnosticados. A radiação solar é seu maior agente causador. O uso de filtro solar, chapéu, roupas e óculos é melhor forma de prevenção. Fique atento a feridas ou alterações no tamanho, cor ou aspecto de pintas ou sinais.

MAMA - É a forma mais comum entre as mulheres (nos homens representa 1% dos casos). Em 2003, provocou nove mil mortes e quase 42 mil novos casos foram registrados. A detecção precoce permite tratamento com boas chances de cura.

APARELHO RESPIRATÓRIO - É o que mais mata no país. O cigarro é responsável por cerca de 90% dos casos. O câncer de pulmão demora, em média, 15 anos para surgir, após alterações da mucosa brônquica (pré-cancerosas), que podem regredir quando o paciente deixa de fumar. O diagnóstico precoce permite cirurgia e tratamento.

LEUCEMIAS - São cânceres das células do sangue. O tratamento depende do tipo e da gravidade da doença e, para detectá-la, é preciso procurar o médico ao apresentar sangramentos, infecções e anemia.

GINECOLÓGICO - O câncer do aparelho genital feminino, especialmente do colo do útero, é o que mais mata no mundo. Em geral, incide em mulheres infectadas pelo papiloma vírus humano (HPV), que é adquirido em relações sexuais e pode ser detectado no exame ginecológico.

UROLÓGICO - Cânceres da próstata, da bexiga e do rim correspondem a mais da metade das ocorrências em homens. Se diagnosticados em fase inicial, é possível desenvolver tratamento com cura em cerca de 90% dos casos.

CÂNCER NA INFÂNCIA - Leucemia, tumores no sistema nervoso central e linfomas são os tipos mais comuns entre crianças. Na infância, o câncer não está associado a fatores ambientais, sendo essencial o diagnóstico precoce. Ao sinal de qualquer anormalidade, os pais devem levar os filhos ao pediatra.

Direitos do portador

AUXÍLIO-DOENÇA - De acordo com os Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91, Lei 9.250/95, RIR/99 e IN SRF 15/01), o auxílio-doença é o benefício mensal a que tem direito o segurado, inscrito no INSS, quando fica incapaz para o trabalho em virtude de doença, por mais de 15 dias consecutivos.

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - A Lei 8.213/91 concede aposentadoria por invalidez ao portador de câncer com incapacidade definitiva para o trabalho e que não esteja em processo de reabilitação para o exercício de atividade que garanta sua subsistência.

ISENÇÃO DO IRPF - Os doentes de câncer estão isentos do Imposto de Renda relativo aos rendimentos de aposentadoria, reforma e pensão, inclusive as complementações (RIR/1999; IN SRF 15/01). Os rendimentos cumulativos não sofrem tributação (Lei 7.713/88).

ISENÇÃO DE IPI - A pessoa com câncer que apresenta deficiência física que a impeça de dirigir veículos comuns é isenta do IPI na compra de automóveis de passageiros ou veículos de uso misto de fabricação nacional, adaptados para o uso de portador de deficiência. O direito à isenção foi estendido, pela Lei 10.690/03, aos portadores de deficiência física, visual,

mental severa ou profunda e aos autistas (Lei 8.989/95 e IN SRF 442/04)

QUITAÇÃO DE FINANCIAMENTO - Ao pagar parcelas de imóvel financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação (Lei 8.004/90), o mutuário paga um seguro pelo qual, se vier a adquirir o câncer após a assinatura do contrato de compra do imóvel e a doença cause invalidez total e permanente, possui direito à quitação do valor correspondente ao que deu para o financiamento. Mais informações no 0800 78-0191, ou acesse www.previdenciasocial.gov.br

FGTS e PIS - Os saques do FGTS e do PIS podem ser feitos pelo trabalhador que tiver câncer ou por aquele que possuir dependente portador da doença (Lei 8.922/94). Informações: Caixa Econômica Federal, tel.: 0800-574-0101.

CIRURGIA DE MAMA - A Lei 10.223/01 alterou a Lei 9.656/98 (dos planos de saúde), para dispor sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora de mama por planos e seguros privados de assistência à saúde nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer.

TRATAMENTO - A Lei 9.434/97 dispõe sobre remoção de órgãos para transplante, e a Portaria MS 3.761/98 dispõe sobre terapia celular e transplante de medula.

Dicas para se proteger



→ Pare de fumar. Quem não fuma deve evitar o cigarro alheio para não se tornar "fumante passivo".

→ Para as mulheres, o auto-exame das mamas deve ser feito mensalmente, e o exame preventivo ginecológico, anualmente. A frequência desse último pode ser maior no caso da presença de fatores de risco, como casos na família, uso de medicamentos e hormônios e hábitos alimentares e sexuais.

→ Homens acima de 45 anos devem fazer consultas anuais para investigar alterações na próstata. Os de qualquer idade devem procurar um médico em caso de dores, ardências ou dificuldades para urinar. Também é recomendável que mulheres e homens, a partir dos 50 anos, realizem exame de sangue oculto nas fezes a cada dois anos, devido ao risco de câncer de cólon.

→ Evite exposição ao sol entre 10h e 16h. Use sempre protetor solar; aplique-o 15 minutos antes da exposição ao sol e reaplique a cada duas horas ou em intervalos menores, se estiver fazendo exercícios ou em contato com a água.

→ Realize diariamente a higiene oral. Faça regularmente o auto-exame da boca para identificar caroços, feridas, sangramentos. Se houver alterações, procure um dentista ou médico.



→ Pratique atividades físicas regularmente.

→ Limite a ingestão de bebidas alcoólicas.

→ Tenha uma alimentação saudável. Priorize frutas, legumes, verduras e cereais e evite alimentos fritos, gordurosos, muito salgados, enlatados e com conservantes.

Propostas em tramitação

Para incentivar a difusão de informações sobre prevenção do câncer de mama, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou projeto de lei (PLS 275/04) fixando, em 5 de fevereiro, o Dia Nacional da Mamografia. A proposta aguarda exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Com esse objetivo, o então deputado Jaques Wagner apresentou proposta (PLC 6/01), em tramitação no Senado, que dispõe sobre a exigência de etiqueta com orientações sobre câncer de mama nas embalagens de peças íntimas.

Do deputado Ênio Bacci (PDT-RS) é a proposição (PLC 39/02) que atribui ao SUS a responsabilidade de assegurar às mulheres assistência ginecológica periódica e contínua e acesso a serviços de saúde para prevenção e tratamento do câncer. A matéria, aprovada como substitutivo pelo Senado, aguarda exame na Câmara.

Para melhorar os programas de saúde, o deputado Wellington Roberto (PL-PB) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC 142/03) criando o Fundo de Combate ao Câncer e Erradicação da Hanseníase, que aguarda exame da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara.

Informações

Disque Saúde: 0800 61-1997

Disque Medicamentos:
0800 644-0644

Disque Saúde da Mulher:
0800 644-0803

Disque Pare de Fumar:
0800 703-7033

Serviço de Atendimento ao Usuário do SUS: 0800 644-9000

Ministério da Saúde
Tel: (61) 315-2425
ouvidoria@saude.gov.br
<http://portal.saude.gov.br>

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)
Tel: 0800-7019656
www.ans.gov.br

Instituto Nacional do Câncer (INCA)
Tel: (21) 2506-6214
www.inca.gov.br

Sociedade Brasileira de Cancerologia
Tel: (71) 240-4868
www.sbcancer.org.br

Associação de Apoio à Criança com Câncer - AACCC
Tel: (11) 5084-5434
www.aacc.org.br

Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos de Saúde e Assistência de Saúde (Aduseps)
Tel: (81) 3423-5567
www.aduseps.org.br

Câncer de Mama
www.cancerdemama.org.br